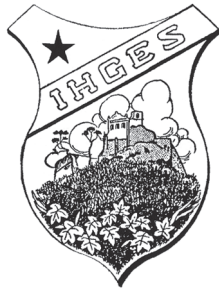


REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



65

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO ESPÍRITO SANTO



© INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Presidente: Getúlio Marcos Pereira Neves

Vice-Presidente: Gabriel Augusto de Mello Bittencourt

2.º Vice-Presidente: José Tristão Fernandes

3.º Vice-Presidente: Paulo Stuck Moraes

4.º Vice-Presidente: José Paulo Calmon Nogueira da Gama

Secretária Geral: Nádia Alcuri Campos

Secretária Adjunta: Juliana Sabino Simonato

Tesoureiro Geral: Rogério Zanon da Silveira

Conselho Fiscal: Humberto Del Maestro; José Guilherme Ribeiro Neto;

Wallace Bonicenha; Adilson Vilaça; Manoel Carvalho; Sylvio Silva Vitali

Conselho Editorial: Getúlio Marcos Pereira Neves (coordenador); Adilson

Vilaça; Estilaque Ferreira; Francisco Aurélio Ribeiro

Projeto gráfico e editoração: Priscila Guarnier da Costa

Revisão dos textos: pelos autores dos artigos

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R454 Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo / Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. – N. 1 (1917)- . - Vitória, ES : O Instituto, 1917- .

v. : il.

Annual; inicialmente irregular.

ISSN 1981-9528

1. Espírito Santo (Estado) - História - Periódicos. 2. Espírito Santo (Estado) - Geografia - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

CDU: 94(815.2)(05)

IHGES

Av. República, 374, ed. Domingos Martins, Parque Moscoso

Vitória - ES • CEP: 29.020-620

Contato: (27) 3223-5934 • e-mail: contato@ihges.com.br

www.ihges.com.br

EDITORIAL

No ensejo das comemorações dos 95 anos da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, temos o prazer de lançar este número sessenta e cinco da nossa Revista, que sai como número especial — na verdade e dentro da série cronológica do periódico, o número 16-A.

Este material, já agrupado no formato da publicação, foi resgatado dos nossos arquivos pelo Vice-presidente Paulo Stuck Moraes, Encarregado da Biblioteca, durante o trabalho de catalogação do acervo. Foi com grata surpresa que nos deparamos, então, com textos de diversos associados, produzidos e reunidos para publicação no ano de 1949, o que acabou não acontecendo.

Se os motivos da não publicação não puderam ser levantados, achamos por bem dar a conhecer aos associados e ao público em geral a produção ali reunida, não só pelo seu valor intrínseco como produção científico-literária, mas também como documento fidedigno no espelhar a vida da Casa e a produção historiográfica contemporânea, naqueles idos dos seus trinta e três anos de funcionamento. Convictos do interesse que esses trabalhos despertarão não só aos pesquisadores dos temas tratados nos textos, mas também aos que se ocupam da evolução da escrita da História no Espírito Santo é que não medimos esforços para esta publicação.

Constam, assim, discursos de Arnulpho Mattos e Ceciliano Abel de Almeida sobre Domingos José Martins; pronunciamento e fotos da peregrinação ao túmulo do patrono da Polícia Militar do Espírito Santo, Cap. João Antunes Barbosa Brandão; texto do ex-presidente Eurípedes Queiroz do Valle trazendo dados históricos que conseguiu levantar sobre Maria Ortiz; texto de Norbertino Bahiense, mencionando correção que fez a um artigo do festejado

historiador Gustavo Barroso a respeito da tentativa frustrada de saque à Vila de Vitória por Thomas Cavendish; documentos referentes à Independência no Espírito Santo, coletados no Rio de Janeiro pelos irmãos Feu Rosa e até então inéditos, entre outros.

Os textos foram mantidos em sua grafia original, tendo sido corrigido, apenas, o que se mostrava como indubitável erro de digitação. Foram acrescentadas algumas notas de organizador, a cargo do Vice-presidente Paulo Stuck Moraes, a quem cabe esse mérito. De se referir também a cuidadosa digitação dos textos e escaneamento das imagens, a cargo da designer Priscila Guarnier da Costa, a quem se deve produção gráfica e editoração da Revista do IHGES desde o número sessenta e três.

Creemos que o dar a público esse número não lançado da Revista é providência que vem bem a calhar neste ano de 2011, em que nos voltamos preferencialmente para celebração dos noventa e cinco anos de fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. É uma oportunidade para apreciarmos os esforços daqueles que nos antecederam nesta Casa, ao mesmo tempo em que se constitui em material para reflexão sobre sua própria trajetória histórica.

Getúlio Marcos Pereira Neves
Presidente do IHGES

REVISTA

— DO —

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

FUNDADO EM 12 DE JUNHO DE 1916

(Reconhecido de Utilidade Pública Pelo Governo Federal e Pelo Estadual)

NUMERO 16-A — DEZEMBRO 1949



*Ó jovens brasileiros,
Descendentes de heróis, heróis vós mesmos,
Pois a raça de heróis não degenera;*

.....
*Imitai-os para que elles, do sepulchro,
Vos chamem, com prazer, seus caros filhos!*

NATIVIDADE SALDANHA



VITÓRIA
1949 (EDIÇÃO 2011)

Diretoria (1949-1951)

Presidente: Ceciliano Abel de Almeida

1.º Vice-Presidente: Eurípedes Queiróz do Valle

2.º Vice-Presidente: Olyntho do Couto Aguirre

3.º Vice-Presidente: Augusto Affonso Botelho

1.º Secretário: Francisco Feu Roza

2.º Secretário: Vicente da Silva Loureiro

Orador: Nelson Abel de Almeida

Tesoureiro: Norbertino Bahiense dos Santos

SUMÁRIO

ARTIGOS

Discurso proferido pelo Prof. Dr. Arnulfo Mattos ao pé do monumento de Domingos Martins á Praça João Clímaco no dia 12 de Junho de 1944 | 9

Arnulfo Mattos

Instituto Histórico do Estado | 15

Discurso do Des. João Manoel de Carvalho ao assumir a Presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Estado em 12 de Junho de 1945 | 17

João Manoel de Carvalho

Discurso pronunciado diante do busto de Domingos José Martins a 12 de Junho de 1948, pelo vice presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Espírito Santo, Dr. Ceciliano Abel de Almeida | 27

Ceciliano Abel de Almeida

Discurso proferido pelo Dr. Americo Ribeiro Coêlho ao passar a presidência do Instituto Histórico ao seu substituto Dr. Ceciliano Abél de Almeida no dia 12 de Junho de 1949. Eleito para o biênio 49-51 | 37

Americo Ribeiro Coêlho

Maria Ortiz não é uma lenda | 41

Eurípides Valle

Tomaz Cavendish no Espírito Santo | 47

Norbertino Bahiense

Documentos para nossa história | 53

Reminiscencias | 71

Orminda Escobar Gomes

Semana comemorativa do Centenário de Joaquim Nabuco. Discurso do bacharel Antenor de Carvalho | 85

Antenor de Carvalho

Oração pronunciada pelo Capitão Abdon Rodrigues Cavalcanti, em nome da Polícia Militar do Estado, no túmulo do Tenente Coronel Honorário do Exército João Antunes Barbosa Brandão, no velho Cemitério da Igreja do Rosário, desta Capital, no dia 12 de Junho de 1949 | 95

Abdon Rodrigues Cavalcanti

Oração proferida pelo Sr. João Acyr Brandão, neto do Coronel João Antunes Barbosa Brandão, no velho Cemitério da Igreja do Rosário ao agradecer as homenagens prestadas á memória desse seu ante-passado no dia 12 de Junho de 1949 | 103

João Acyr Brandão

O Centenário de Aristides Freire | 109

Traços Biográficos de Aristides Freire | 113

Mensagem dirigida pelo Instituto Histórico do Estado ao seu colega da Bahia, por intermédio do Presidente Ceciliano Abel de Almeida, por ocasião das festas do Centenário de Rui Barbosa na Capital Bahiana | 119

Ceciliano Abel de Almeida

Entrevista com Erildo Martins, representante oficial do Governo estadual nas comemorações do Centenário de Ruy Barbosa | 121

Relatório apresentado pelo presidente do IHGES, Dr. Ceciliano Abel de Almeida a participação nas comemorações do Centenario de Ruy Barbosa, em Salvador (BA) em novembro de 1949 | 125

Ceciliano Abel de Almeida

DISCURSO PROFERIDO PELO PROF. DR. ARNULFO MATTOS
AO PÉ DO MONUMENTO DE DOMINGOS MARTINS Á PRAÇA
JOÃO CLÍMACO NO DIA 12 DE JUNHO DE 1944.

Exmº. Snr. Interventor Federal

Exmº. Snr. Presidente do Instituto Histórico

Prexados Consócios

Exmas. Senhoras

Meus senhores

Mocidade Escolar.

Nas paginas rutilantes da nossa história, onde se acham nitidamente enaltecidos e aureolados os nomes dos nossos antepassados que, pelos seus grandes feitos, se notabilizaram, também se encontra o nome do grande espiritosantense Domingos José Martins.

Este herói da Revolução Pernambucana de 1817, nasceu nesta terra, cujo torrão, pelas suas riquezas invejáveis, oferece aos forasteiros que aqui aportam, um painel surpreendente, deslumbrante e sedutor.

Bem cedo porém, talvez obrigado pelo destino, este Capichaba deixou a nossa terra, transportando-se para outras plagas.

Já agora, as ruas tortuosas, as praias alvacentas e as matas esmeraldinas que tantas vezes o oscultaram e protegeram em sua meninice, iriam, apenas, segredar as saudades do filho, que partia, com ignorância da sua futura glorificação no cenário político.

Partiu sim e por certo, naquele momento em que o seu barco, baloiçando e corcoveando como um corcél enfurecido, enfrentava as ondas espumantes do misterioso oceano, o seu espírito se detinha em divagações, enquanto o seu coração se comprimia de saudades de tudo e de todos.

Novos horizontes, novas terras e novas amizades, iria contemplar, ver e adquirir. E assim foi. Viajou pela Europa, onde observou um movimento de idéias novas, que logo dominaram a sua alma de brasileiro oprimido.

Impregnado, pois, de ideias liberais, regressou a Pernambuco, campo propício e fértil para a sementeira do liberalismo.

Naquele Estado, já ha muito se tramava uma conspiração, em prol da independencia do Brasil.

Lá estava, portanto, a cratera do vulcão que, em breves dias, deveria entrar em atividade. O povo brasileiro é, não resta duvida, de indole pacifica, mas tambem brioso na defesa dos seus direitos quando postergados.

As sublevações são oriundas da politica mal orientada que se transforma em atos opressivos. Diante dos atos do Governo da Metropole, o povo brasileiro, convicto dos seus direitos, jamais poderia ficar inerte. Deu-se, como era natural, um movimento de repulsa. Era a reação que despontava. E foi assim em 1817, a falange heroica composta de homens destemidos, entrava em entendimento para fazer ruir o pedestal do dominio português, que tanto nos afligia.

Cada dia que se passava, avolumava-se o descontentamento geral, provocado pelos atos injustos do Governo e seus sectarios.

Em casa de Domingos Martins, as reuniões eram frequentes.

Os principaes chefes do movimento libertador, trocavam ideias e elaboravam os planos necessarios ao bom exito da causa. Já não havia reserva sobre o movimento. As autoridades, já muito apreensivas, lançavam mão de meios violentos que mais irritavam a coletividade. O rastilho ligado ao petardo, começava a fumejar velozmente.

Após uma conferencia que o Governador de Pernambuco — Capitão General Caetano Pinto de Miranda — teve com generais, declinando os nomes dos paisanos e militares envolvidos na conspiração, ficou logo combinada a prisão dos principais chefes da re-

volta. Domingos Martins foi logo preso e encarcerado, assim como alguns companheiros.

Os acontecimentos se precipitaram diante do gesto grosseiro de brigadeiro Manoel Joaquim Barbosa de Castro, que foi morto por José de Barros Lima, o Leão Coroado. Este, a frente da tropa já insurgida, marchou destemidamente para o campo da luta. As portas das prisões foram abertas, dando livre passagem aos revolucionarios que eram aclamados pelo povo.

Vitoriôsa a Revolução, foi logo organizado um governo provisório de forma republicana, que infelizmente teve pouca duração.

No Rio de Janeiro, com as noticias recebidas, foi preparada uma expedição que tinha por fim obrigar o governo provisório a uma rendição. Em 16 de Abril chegava, pois, em Recife, a flotilha, levando em seu bojo, os defensores da metropole, homens impiedosos, vingativos e sanguinarios. Diversas lutas se travaram. O povo resistiu heroicamente e, em um dos combates, foi ferido e preso o grande Domingos José Martins. Sucederam-se as prisões. Logo depois, Domingos Martins foi enviado para a Bahia e atirado ao cárcere. Ligeiramente interrogado, foi em seguida condenado á morte. Sempre altivo e conscio das ideias que lhe dominaram o espirito, recebeu o julgamento com a maior demonstração de fiél lutador.

Na manhã do dia 12 de Junho de 1817, era conduzido, pois, para o campo da Polvora, onde seria executado, juntamente com os seus herois companheiros, Dr. José Luiz de Mendonça e o Padre Miguelinho. No momento em que ia ser fusilado disse: “Vinde executar as ordens do vosso sultão”. E foi assim que, naquela manhã lugubre, o corpo de nosso heroi caiu traspassado pela bala dos inimigos da emancipação do Brasil.

Tombaram os lutadores no campo de batalha, mas a semente da liberdade, regada pelo sangue dos patriotas germinou em todos os cantos de nossa Patria. Morreram os herois, mas as ideias ficaram

em evolução. Morreu Domingos Martins, mas o seu nome revive nas paginas da nossa historia.

Vitoria, 12 de Junho de 1944.



Foto 1: O prof. Dr. Arnulfo Mattos, Presidente Honorário do Instituto Histórico discursa ao pé do monumento de Domingos Martins, na Praça João Clímaco, por ocasião das comemorações de 12 de Junho de 1944.

INSTITUTO HISTÓRICO DO ESTADO.¹

As comemorações do dia 12 de junho de 1945 e a posse da nova Diretoria

Realisaram-se a 12 do corrente, de acordo com o programa organizado as solenidades comemorativas do dia de Domingos Martins, posse da nova Diretoria para o biênio 1945-1947 e aniversário de fundação do Instituto Histórico. Essas solenidades que tiveram extraordinário brilho, foram presididas pelo Dr. José Sette, Secretário do Interior e representante do Sr. Interventor Federal. No recinto do vasto salão nobre da antiga Assembléia Legislativa viam-se representações de todos os Colégios da Capital, da Força Pública, autoridade, altos funcionários, jornalistas e grande número de associados.

Iniciando as solenidades proferiu o Presidente Araujo Primo importante discurso alusivo a data depois do que deferiu ao novo Presidente Dez. João Manoel de Carvalho o compromisso legal passando-lhe a Presidencia. Deferido, por este, o compromisso aos demais membros Diretoria, proferiu o novo Presidente brilhante e incisiva oração sobre a data, salientando a função do Instituto como Casa de cultura cívica e agradecendo a sua e a eleição de seus companheiros de Diretoria.

Em seguida leu o Secretario Geral uma sintese de seu Relatório sobre as atividades do Instituto no biênio findo. Fala depois o Dr. Nelson Almeida orador oficial que proferiu excelente discurso em que recorda com muita felicidade e emoção a vida dos companheiros mortos e que foram os Drs. Clovis Bevilaqua da classe dos correspondentes e Antonio Atayde e Josias Soares dos efetivos.

Usam ainda a palavra os drs. Nelson Almeida e Jair Dessaune. Este justificando um voto de congratulações ao Governo do Estado

¹ Publicado em *A Tribuna*, de 14.06.1945 (NOTA DO ORGANIZADOR).

pela assinatura do decreto que dá ao Palácio do Governo o nome de “Palácio Anchieta” e aquele propondo que se conferisse ao ex-presidente Araujo Primo o título de presidente honorário. Ambas as propostas foram aprovadas por vibrantes salvas de palmas.

Encerrando essa primeira parte das festividades falou em brilhante improviso o Dr. José Sette Secretario do Interior. Em seguida toda a assistência se caminhou para o monumento do herói espírito-santense á Praça João Climaco tendo falado ao povo e aos escolares ali formados o dr Arnulfo Mattos vice-orador do Instituto que em vibrante oração enalteceu os ideais e o martírio do herói espírito-santense.

Como nos anos anteriores o Instituto fez depositar ao pé do monumento uma linda palma de flores naturais.

E após as evoluções das tropas escoteiras presentes e dos colegiais deram-se por finda as solenidades havendo a Diretoria conduzido o representante do Sr. Interventor Federal até o Palácio do Governo.

DISCURSO DO DES. JOÃO MANOEL DE CARVALHO AO ASSUMIR A PRESIDENCIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESTADO EM 12 DE JUNHO DE 1945.

Não assumo esta tribuna, tão somente em cumprimento de um dever compromissal ou para atender a uma praxe consagrada pelo costume desta casa. Para aqui sou arrastado por um natural impulso de reconhecimento para com os meus ilustres companheiros de casa, que num movimento de nítida fidalguia me elevaram à Presidencia do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Essa distinção, por todos os títulos honrosa e nobilitante me encontra na fase da vida em que o homem não é nem um futuro, e nem um passado, mas positivamente uma realidade. Sem ter uma posição política de relêvo, sem estar apoiado em função pública de que pudesse advir proveito moral ou material para o Instituto, minha escolha não pode ter outra justificativa, senão a resultante de um movimento de amizade cativante ou de conforto delicado.

Em periodo de dificuldade para a vida do Instituto e de uma situação melindrosa para se compôr sua diretoria foi eleito para seu presidente o ilustre e dedicado consócio Dr. Araujo Primo. E se não fosse ter S. Excia. recusado de modo peremptório continuar a exercer a presidencia estaria êle, dirigindo com aquele tino todo pessoal e com exemplar dedicação os destinos desta casa. A escolha do Dr. Araujo Primo, que obedecera com precisão o critério do valor pessoal e da reconhecida prudência de direção, foi solução acertada.

Estavamos, como ainda hoje nos encontramos, em época que a maior preocupação é a de reformas. Nota-se em todos os campos da atividade humana uma tendencia berrante, de sob o pretexto de se atualisar o presente, derruir tudo que o passado sàbiamente nos legou. Espírito disciplinado, formado em ambiente de profundo

respeito à letra da lei, foi o ilustre presidente defensor constante do nosso estatuto, a barreira intransponível a modificações de suas regras. Neste terreno tornava-se intransigente e, em sua delicadeza toda pessoal, percebia-se perfeitamente êle dizer: — amigo dos colegas, porém, mais ainda do regimento. — Apesar das dificuldades materiaes em que se encontra o Instituto o meu ilustre antecessor muito fez em prol de seu patrimônio e na conservação das tradições honrosas desta casa. E assim procedendo fez obra meritória, que será, estou certo, sempre por todos nós reconhecida.

A grandeza de um povo não se avalia só pelo que produz, mas pelo que produziu. Para conservar essa parte tão valiosa, é que a história exerce o melhor de sua finalidade. É por intermédio de seus Institutos e de seus arquivos que o povo conserva sua tradição e os motivos de seu orgulho. A história não é só o registro do que houve, mas uma ciência que pelos acontecimentos do passado ensina prever o futuro. Essa definição não é uma novidade dos novos cientistas, porque na mais remota antiguidade o sábio rei David proclamava: *Cogitavi dies antiquos et anos eternos, in mente habui* (Meditarei nos dias do passado e vi em mente os anos do futuro). Em seus ensinamentos ela é precisa, e ai daqueles, que se supondo acima das contingencias humanas, tentam desmenti-la. Acabamos de assistir a comprovação dessa afirmativa. Ainda nos encontramos ébrios de alegria pela vitória dos Aliados para a qual também concorreremos com as vidas preciosas de nossos patrícios. Nunca a história foi mais precisa nos seus vaticínios e tivemos o conforto de vêr que a sua lição foi completamente cumprida. Por isto, repito — ai daqueles que tentam desmenti-la ou confundi-la. O triunfo da justiça, da liberdade, do direito e da dignidade do homem, estava previsto nos seus mínimos detalhes. Hoje temos a certeza de que viveremos, que nossos filhos e netos viverão a vida digna do homem feito a imagem e semelhança de DEUS. Como um preto

de gratidão não podemos deixar de declinar o nome das nações que sofrendo os horrores indescritíveis da guerra mais deshumana, reagiram no tempo e no espaço, concorrendo assim para a Vitória completa: a China de Chiang-Kai-Shek, a Inglaterra de Churchill, os Estados Unidos de Roosevelt, a Rússia de Stalin — elementos providenciais e predestinados para construtores da grande Vitória. Saudemos os heróis da humanidade. E com que santo e grande orgulho não nos sentimos em afirmar que ao lado dessas nações predestinadas, junto à França heróica, a Bélgica e Holanda indômitas, a Polônia martir, a Iugoslávia invencível, nós por um movimento de solidariedade e dignidade derramamos o sangue jovem e precioso de nossos irmãos. Perdemos vidas caríssimas e no nosso próprio território assistimos, tomados de pavor e revolta o assassinio em massa de homens, mulheres e crianças. Estão inscritos no livro dos heróis e dos mártires, porque deram as suas vidas moças e esperanças os nossos patrícios...

- 1- Manoel Apolinario dos Reis
- 2- Altino Martins da Vitoria
- 3- Manoel Furtado
- 4- Benome Falcão de Gouvêa
- 5- Abilio José dos Santos
- 6- Seonilo de Souza
- 7- Antonio Farias
- 8- Pedro Mariano de Souza
- 9- Ailson Simões
- 10- Adão Benezath

Gloria e honra para os que tombaram e se tornaram heróis. O sacrifício dos nossos não foi inutil e mais uma vez ficou escrita na história do mundo uma página gloriosa para o nosso Brasil.

Ao assumir a presidência dessa casa, meu ilustre antecessor descreveu a situação material do Instituto dizendo:

“Há uma regular bibliotéca, um pequeno museu e está sendo organizado o arquivo; porém para que possa tudo isso ser apresentável, de modo a ser olhado com consideração, precisa o Instituto de ter em definitivo a sua morada. O Estado doou-nos uma casa, de que tomámos posse. Houve depois troca por outra dependente de adaptação, que não pôde ser feita. Desfez-se a troca e ficámos na antiga casa, da qual ultimamente saímos por ameaçar ruir. Agora funcionamos provisoriamente em casa alugada. Uma solução se faz necessária a respeito, e teremos que apelar novamente para o Govêrno do Estado, afim de que zelado sejam tradições e anais em prédio que esteja em condições de ser chamado sem desdoiro — “Casa do Espírito Santo”.

Hoje pouco tenho que acrescentar. Estamos na mesma ou em peor situação. Urge aparelhar condignamente a séde do Instituto Histórico. Só mesmo a dedicação de sua diretoria principalmente dos dois ilustres secretários Drs. Euripedes Queiroz do Valle e Jair Etienner Dessaune, pode-se quasi por milagre salvar e conservar o arquivo da casa. Não temos um gabinete, uma mesa sequer destinada a secretaria. Materialmente falta-nos tudo. Só há dedicação de nosso confrades.

Na história de nossa Pátria há um fato que nunca é demais se repetir, — a dedicação de D. Pedro II ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Êle, amparando o Instituto Histórico e Geográfico, demonstrando que presava sumamente o seu título de protetor perpétuo do Instituto, presidindo-lhe as sessões semanaes, colaborando nos seus trabalhos, (enriquecendo-lhe com vigilante munificencia a bibliotéca) (M. Azevedo), sabia que construia obra imperecível. E quando o magnânimo Imperador foi atingido pela adversidade, abandonado por aqueles que na véspera lhe beijavam as mãos, foi precisamente no Instituto Histórico que encontrou o conforto preciso para mitigar a ingratidão dos homens. Êle não foi

ludibriado na sua confiança quando afirmava: — A História me fará justiça, eis a minha fé consoladora (Afonso Celso). Fé forte e robusta que ficou ainda manifestada em seus versos:

E entre visões de paz, de luz, de gloria

Sereno aguardarei no meu jazigo

A Justiça de Deus na voz da História.

Esse exemplo há de frutificar aqui. Nota-se, mercê de Deus, um novo espírito animando todas as energias de nossa terra. O ressurgimento econômico, o equilíbrio orçamental já estão produzindo seus resultados benéficos. O conagraçamento — mais de que conagraçamento — a confraternização da família capixaba, obra quase que milagrosa, obtida pelo Sr. Interventor Santos Neves, forma um ambiente propício para realizações úteis, práticas e necessárias não só para o progresso material, como ainda para o desenvolvimento cultural de nosso meio.

O Instituto Histórico não pode ser esquecido, num momento como esse. Além de nosso patrimônio cultural, temos a conservar e zelar por um patrimônio material superior a Cr\$.800.000,00. Precisamos de edifício condigno, onde se possa trabalhar com eficiencia e se possa guardar com segurança objetos de tão grande valor. Precisamos ter nossa séde própria, que seja o sacrário onde religiosamente guardaremos as tradições legadas pelos nossos antepassados.

Sem o auxílio do sr. Interventor nada poderemos fazer. Estou certo, porém que nosso trabalho será só o de pedir. Não precisaremos de insistir, nem tão pouco de nos tornarmos inoportunos porque, o patriotismo e cultura que formam a personalidade destacada do nosso Interventor são o penhor da proteção que S. Ex. nos dispensará, proporcionando-nos a realização de nosso sonho de muitos anos: a construção da Casa Espírito Santo. Será ela o marco que atestará no futuro uma época feliz de nossa terra e da operosidade

do preclaro Interventor, que tudo tem feito e que tudo fará para o engrandecimento do Estado.



Foto 2: O Presidente Dr. Arthur Lourenço de Araujo Primo, de pé, lê o discurso com que passa a Presidencia do Instituto Histórico ao seu substituto Des. João Manoel de Carvalho. Na cadeira da Presidencia ve-se o Governador José Sette e á sua direita o Sr D. Luiz Scortegagna, Bispo Diocesano e o Dr. Jair Dessaune, 2.º Secretário da Casa e a direita o Dr Eurípedes Valle, Secretário Geral.



Foto 3: O Desembargador João Manoel de Carvalho lê o seu discurso de posse na Presidencia do Instituto para o biênio 945-947.

DISCURSO PRONUNCIADO DIANTE DO BUSTO DE DOMINGOS
JOSÉ MARTINS A 12 DE JUNHO DE 1948, PELO VICE
PRESIDENTE DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO,
DR. CECILIANO ABEL DE ALMEIDA.

Exmas. Senhoras.

Exmos. Senhores.

Quem, com certa atenção, lê a carta de Pero Vaz de Caminha, verifica ressaltar de todas as informações minuciosas, amplas, complexas, dadas por êle ao soberano portugues, a liberdade absoluta, reinante entre os indígenas, que receberam a gente lusa da expedição de Pedro Alvares Cabral.

Não se notou na tribo um prisioneiro e o cronista registra “êles não lavram, nem criam, nem há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem outra nenhuma alimária, que costumada seja ao viver dos homens”. Não há, pois, animais domesticados. A flora é exuberante. A fauna é opulenta. Supre a natureza munificente as necessidades imediatas do gentio. Campeia altaneira a liberdade. E esta, desde logo se conclui da desenvoltura com que o abôrigene se comunica com os visitantes. E Pero Vaz de Caminha presencia, testemunha a atitude dos pagãos imitando aos portugueses, beijando, com êles, a cruz, e resalta, talvez sem intenção, a liberdade de que gozavam quando respinga: “parece-me gente de tal inocência, que se os homens entendessem a êles a nós, que seriam logo cristãos; porque êles não têm nem entendem em nenhuma crença”.

E, senhores, é êste povo que não conhece grilhões, que não admite limites a sua liberdade que vai ser dominado, conquistado, pelo rei de Portugal.

E o colono, o comerciante, o homem de negócios, o explorador das riquezas da terra, dela vai tudo tirar, e levar, e guardar, muito embora, fique o país devastado, arrasado, destruído.

Não encontra no correr do primeiro século do descobimento metais nobres, gemas preciosas e, por isso, cultiva a terra, apossa-se de grandes áreas, e transforma-se de humilde homem do trabalho, aqui chegado, em senhor de engenho, em pecuarista-latifundiário.

Mas faltam-lhe braços para o trabalho e esses só podem ser providos pelo africano e pelo indígena. Vem o primeiro, em levas, nos porões dos navios, morrendo de nostalgia e de moléstias, que vão ser disseminados no imenso continente que está sendo conquistado e que, mais tarde, será considerado um vasto hospital, e cujo saneamento é, ainda, um problema, em tela, colocado diante do estadista. O segundo aqui está mas conquistá-lo, escravizá-lo, dominá-lo, completamente, para ensinar-lhe a executar trabalhos rudimentares ou orifícios vulgares não é tarefa simples. Êle encarna a liberdade. Não se submete. Está em sua terra. Foge. Retira-se para longe. Embrenha-se.

E, com êle, meus senhores, está o jesuita que lhe ministra os ensinamentos cristãos e que lhe defende a liberdade — a sua cara liberdade.

Cem anos depois de se haver iniciado o povoamento do Brasil pelo sistema de capitanias hereditárias é a colônia atacada de modo vigoroso pelos holandeses. Foi organizada e feita a defesa, com decisão, como já se havia procedido contra os franceses e ingleses. Essas lutas, em que se derramou sangue de colonos, africanos e índios, tão bem representados por André Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão, imprimiram-lhes justo orgulho e exaltado entusiasmo pela pátria por lhes terem elas deixado a convicção do próprio valôr e evidenciado o socorro deficiente, urgentemente, reclamado, e quase sempre tardio do govêrno portuquês. Surgiram acusações, descontentamentos, e começaram os colonos a compre-

ender que seus interesses nem sempre, se conjugavam, em harmonia, com os da metrópole. Era o Brasil muito afastado de Portugal e os seus problemas palpitantes, as suas necessidades urgentes não eram lá bem avaliadas. Fundiam-se, dia a dia, as três raças. Eram três forças que iam compôr a resultante. O colono, homem branco, auferia vantagens da escravidão em que vivia, mais ou menos conformado o africano, e a qual não era admitida pelo indígena, sempre cioso de sua plena liberdade, acabou por ter despertado, em sua consciência, o sentimento de autoridade. É, não ha dúvida, uma reação que surge, pouco a pouco, ante a ação da Metrópole. E Rocha Pombo anota: “êste sentimento (o mando) imperioso, que a escravidão pôs na alma do senhor, devia dar com efeito um grande impulso à índole da raça e valer-lhe por vigorosos estímulos”.

Num meio físico em que as ondas despedaçando-se contra os rochedos ou contra as praias bramam liberdade; as serras temporizadas projetando-se no espaço simbolizam liberdade; as águas encachoeiradas correndo, em disparada, vencem obstáculos e proclamam liberdade; os pássaros multicôres voando, altaneiramente, cantam liberdade; a constelação do Cruzeiro do Sul, velando o esplendido continente, aconselha liberdade; o homem brasileiro, fusão das três raças ou delas representante grita alto, agitado, exaltado e resoluto liberdade. Porque esta é, de fato, a terra da liberdade.

Sim, meus senhores, só uma aspiração tem o negro — liberdade; só um pensamento tem o indígena a defesa de sua liberdade; e só um sentimento, realmente forte e violento, tem o branco, o homem do mando, o senhor, — a liberdade — aquí, porque êle sabe que além, na metrópole, não a tem.

E, por certo, é por amôr desse sentimento de defesa da liberdade que não houve, segundo um historiador, uma investida à soberania do domínio contra a qual as próprias populações não fôssem as primeiras a insurgir-se e a levantar o seu indefectível protesto.

Cria-se na alma do povo em formação a certeza de seu próprio valor e também uma nova consciência jurídica em choque com as tradições da mãe-pátria. Assim surgem as divergências cada vez mais acentuadas entre os colonos e portugueses, sendo a primeira, e de certa importância, a revolta do Maranhão em 1684.

Dominada a sublevação pagam com a vida a ousadia de protestarem contra a tirania o ancião, Jorge Sampaio, maior de setenta anos, e Manoel Beckman. Vão ambos ao cadafalso. Beckman, traído pelo seu afilhado Lázaro de Melo, é enforcado na praia do Armazem. Não tem tibiezas e declarou que pelo povo do Maranhão morria contente.

Revela-se na guerra dos Mascates Bernardo Vieira de Melo que não aceita a fuga e conserva bravamente, o seu posto de honra.

No Maranhão representa a prepotência do govêrno luso Gomes Freire de Andrade. Em Pernambuco Sebastião de Castro Caldas e agora, em Minas, D. Pedro de Almeida, o Conde de Assumar, que manda, arbitrariamente, enforcar Felipe dos Santos, e depois arrastá-lo à cauda de um cavalo e fazendo-o, assim, em pedaços. Chega-se, enfim, à Inconfidência Mineira em que os algozes de mão dadas — o Visconde de Barbacena e os vice reis Luis de Vasconcelos e Conde de Resende — instalam devassas, aplicam sentenças iníquas e, acabam condenado e enforcando Tiradentes em nome de clementíssima e piedosíssima rainha.

Mas, senhores, as ideias livres caminham, a liberdade dá um passo à frente.

Pairam por todos os recantos do domínio tendências para sacudir o jogo de além mar. Corporizam-se, dia a dia, de norte a sul, as aspirações do povo que sente a necessidade de ter o seu govêrno, por êle escolhido, de sua confiança, com êle irmanado. Não se conformam os homens de cultura, os elementos de escol com o regime opressivo e humilhante da colonia. Vai partir de Pernambuco um protesto formal.

Nos fins do século 18, encravado nas divisas de Pernambuco e Parahyba, cria-se um clube em Itambé, Sabia-se que era seu presidente o Dr. Manoel de Arruda Camara, médico e naturalista de bôa fama.

Tornou-se êsse clube conhecido pelo nome de Areópago de Itambé. Era uma sociedade secreta. Dela faziam parte personagens ilustres e das principais classes sociais. Dizia-se, ainda, que os componentes do Areópago eram protegidos por Napoleão Bonaparte. Houve denúncias, devassas e prisões. Mas o que dominava naqueles tempos, naquelas gerações do período colonial era o sentimento de pátria, era a aspiração de independência, era o sonho de liberdade.

É possível, todavia, que a chegada da família Real ao Brasil, em 1808, que trouxe como consequência imediata a abertura dos portos as nações estrangeiras amigas e a declaração solene de que o rei levantava a sua voz do novo reino, que ia criar, arrefecesse os ânimos por algum tempo. As ilusões, porém, de uma situação melhorada, para os brasileiros, cêdo se dissiparam.

Recebera o Brasil com a alma alvoroçada a Família Real. Eram imensas as esperanças em benefícios de toda ordem. Mas a verdade amarga é que rei e rainha eram espôsos desavindos. Os vexames porque passaram famílias brasileiras no Rio de Janeiro com o célebre P.R., mandado sumário de despejo, lançado em suas portas foi o desencanto. Esparramaram-se pelo país essas notícias, desde logo consideradas como ato de prepotência. E se no Rio de Janeiro o tempo apagou, em parte, a má impressão do momento, outrotanto, é de se supôr, que não haja acontecido nas províncias afastadas como Pernambuco e outras em que a ação indesejável, arbitrária e violenta do marinheiro, do mascate, do luso, enfim, era de sobra conhecida pelas suas vítimas que eram os brasileiros. Num crescendo ia, pois, a exacerbação dos ânimos, a ponto, de nos banquetes se excluíram as iguarias e bebidas da Europa e os quais terminavam

com brindes exaltados que mais eram gritos de guerra como: “Vivam os brasileiros e morram todos os marinheiros” ou, então, como aconteceu em casa do capitão José de Barros Lima que o secretário do seu regimento José Mariano de Albuquerque brindou a uma senhora brasileira, casada com português nos seguintes termos: “À saúde das senhoras brasileiras que não tiverem dúvida de matar os marinheiros seus maridos”.

Clamores, protestos nada valia. O govêrno do Rio, com o Príncipe Regente à frente, era surdo aqui, como sempre foi surdo em Portugal. Estava muito aquém da ação que lhe reclamava o momento histórico. A alma resignada do brasileiro está saturada de tanto desalento, de tanto sofrimento. E por tôda a parte êle ouve a mesma palavra — liberdade. Tudo, pois, tinha caminhado para o desfêcho, para a luta, para a guerra, para revolução. E como se isto não bastasse chega-lhe, ainda, aos ouvidos a atoarda dos povos, da velha Europa rejuvenescida, que enfrentam os despotismos alarmados e o exemplo dos visinhos que quebram os grilhões, que lhes acorrentavam ao govêrno de Espanha. Os Estados Unidos, muito antes da quêda da Bastilha, muito antes da divisa francesa — Liberdade, Igualdade e Fraternidade — já haviam conquistado sua independência. Lá foram três colonias e aqui será a região nordestina que tem sua tradição de bravura, de amôr à pátria, a partir da encarniçada luta com os holandeses.

Assim se chega ao limiar da revolução de 1817.

E aqui estamos, meus senhores, diante do busto de Domingos José Martins, espírito-santense patriota, que deu a vida por um ideal sacrosanto — pela liberdade do Brasil. E assim como o homenageou o saudoso e eminente presidente Bernardino de Souza Monteiro mandando erigir êste bronze, por sugestão do presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, de bôa memória, Dr. Antonio Francisco de Athayde, que tantas e tantas vezes o enal-

teceu com a sua palavra entusiasta e inflamada, também nós aqui estamos para render-lhe o tributo de reverência cívica por parte do Instituto Histórico de que é êle o seu patrono.

Trazemo-lhe uma singela braçada de flôres, e sem atavios eloquentes ressaltaremos em brevíssimas pinceladas o sentir liberal, que foi o constante apanágio do terrantez insigne que tanto sublimou a sua e a nossa terra estremecida — o Espírito Santo.

Depois do regresso de Domingos Martins da Europa, em 1815, tornaram-se em Recife as reuniões políticas tão frequentes que eram quase públicas. Martins e outros esperavam pelo aviso “dos seus mestres do sul, como êstes dos da Europa. As ausências, naquela época, do Recife, de Martins e de seus companheiros não visavam outro objetivo sinão um acôrdo revolucionário. Cartas anônimas eram dirigidas a D. João VI e a seus ministros em que se falava de convite para entrar no infernal conluio e plano de sublevação pernambucal e baiana. Caetano Pinto de Miranda Montenegro, também tinha notícias e denúncias dos planos que se arquitetavam, que se combinavam, que se articulavam. E certo dia, Montenegro determinou medidas drásticas e a prisão de paisanos e militares.

A prisão destes seria efetuada pelos próprios chefes, dos respectivos regimentos. Pelo marechal José Roberto seriam detidos os paisanos. Domingos Martins foi preso. Culmina a luta entre os militares e a revolução triunfa. Montenegro chega ao Rio e é recolhido preso na ilha das Cobras.

Constitui-se o govêrno revolucionário. A Domingos Martins coube a pasta do Comércio. É republicana a fórmula do govêrno. Seriam todos os atos do govêrno datados da segunda era da liberdade pernambucana.

Por tôda a parte se cantava a vitória e ouviam-se exclamações dêste teôr: Viva a Pátria! Vivam os patriotas, e acabe para sempre a tirania real!

A liberdade, sonho daquela pleiade de patriotas, agora, está implantada fulgurantemente. A liberdade, pensamento constante de Domingos José Martins, triunfava, enfim, esplendorosamente, na terra da liberdade, no Brasil.

São liberais, são sábios os atos do govêrno. Mas a reação organiza-se e o regime estabelecido ainda não consolidado vacila. Os patriotas vão para o campo da luta e vencidos, e presos, e humilhados, pagam muitos com a vida o horrendo crime de quererem a liberdade, de aspirarem a liberdade para a sua terra.

Preso Domingos José Martins é remetido com o Dr. José Luiz de Mendonça e o padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro (padre Miguelinho) para a Baía na corveta Carrasco e aí são condenados à morte.

A 12 de Junho de 1817 é Domingos José Martins arcabuzado no Campo da Pólvora. Morre um herói com o pensamento na esposa querida e na pátria idolatrada.

É um apóstolo da liberdade. Elevou o Espírito Santo e honrou o Brasil.

“Ide dizei ao vosso sultão que morro pela liberdade”. São suas últimas palavras.

Meus senhores, mocidade de minha terra, tomo dous pensamentos, de empréstimos, ao desembargador Carlos Xavier. Há mortos, diz Henri des Houx, que falam do túmulo e cuja voz é preciso escutar.

Temos necessidade que êsses mortos não morram e isso depende de nós, porque a vida dos mortos consiste na memória dos vivos.

E Vitor Hugo no centenário fúnebre de Voltaire começou o seu discurso: “Há cem anos morria um grande imortal” e meus senhores, agora termino exclamando: “Ha cento e trinta e um anos morria um grande imortal” — Domingos José Martins — pela liberdade, pela Pátria!

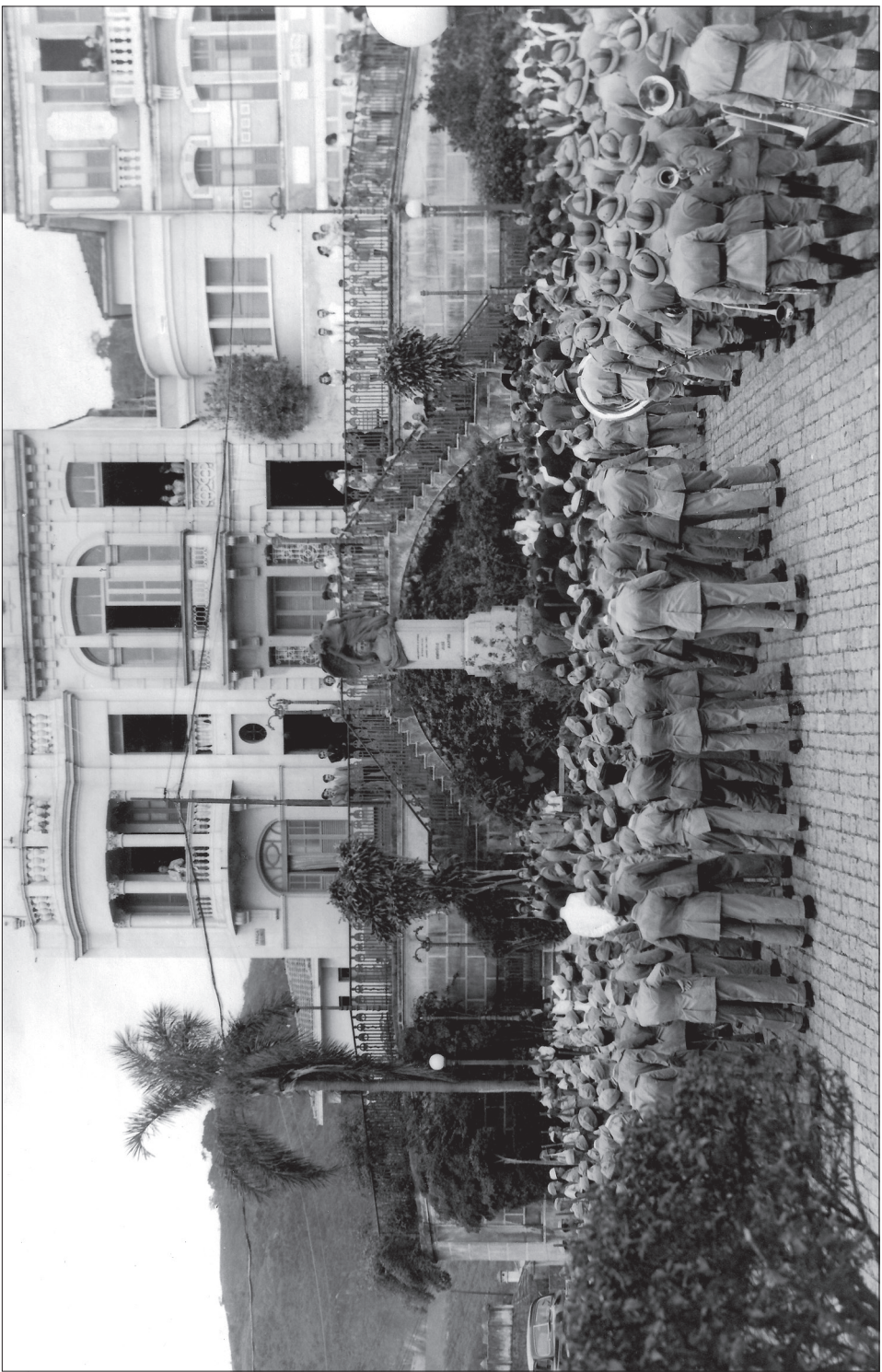


Foto 4: Colegiais formados ao pé do monumento a Domingos Martins, na Praça João Clímaco, assistem as homenagens do Instituto Histórico no dia 12 de Junho de 1949.

DISCURSO PROFERIDO PELO DR. AMERICO RIBEIRO COELHO
AO PASSAR A PRESIDÊNCIA DO INSTITUTO HISTORICO AO SEU
SUBSTITUTO DR. CECILIANO ABÉL DE ALMEIDA
NO DIA 12 DE JUNHO DE 1949. ELEITO PARA O BIÊNIO 49-51.

Os problemas mais variados e complexos acumulados em nossa época, determinaram um dinamismo estuante, que não pode deixar de exercer sua influência na atual geração, impelida dessa forma a superpor a ação do pensamento, necessitada de agir automaticamente, sem pensar, visando o mediatismo.

E como o passado deixou de ser ação, para ser pensamento, não é de estranhar que as instituições que velam sobre ele, se ressintam do espírito da época, mas o que apenas se verifica é processo de adaptação aos novos moldes de uma civilização mais adiantada.

Gilberto Freyre, em artigo, publicado em uma das nossas mais divulgadas revistas, comenta a declaração feita por um eminente historiador norte americano, especializado no estudo da história da América do Sul, o Professor William Spench Robertson, segundo a qual o centro de investigação histórica, na América do Sul, que era o Brasil, deslocou-se para a Argentina e o Chile.

Comentando, diz o escritor patricio, que o Instituto Historico do Brasil, e os dos Estados estão reduzidos a simples sociedades da antiquarios e patriotas, casas onde se guardam confusamente reliquias e se comemoram com discursos apenas retóricos ou sentimentais as datas nacionais.

Embora não seja justa essa depreciação, aceitavel é o conselho em que recomenda que os institutos mais adormecidos despertem, e em vez de continuarem fechados, como seitas do Tibet, aos valores novos, ou estranhos procurem enriquecer-se com as melhores competências nacionais em assunto de história, não só com o prestigio dos seus nomes, nem com a vaga colaboração, e sim com a sua

ação renovadora, nos trabalhos dos dias comuns, na organização das publicações, na direção das revistas.

Aqui no Espírito Santo, na investigação sistemática e na interpretação histórica do nosso passado, se luta com reais dificuldades, porque somos herdeiros de um passado glorioso, os grandes feitos dos nossos antepassados nos são legados através da tradição oral, de geração em geração, sem uma documentação escrita, e muitos deles passaram ao domínio da lenda, através do róseo filó da nossa admiração.

Apezar disso, historiadores capichabas timbram no esforço de romper o velário que cobre o passado, e no bienio em que presidi os destinos do Instituto, tive a sorte de ver o nobre esforço de alguns deles trazendo à luz da publicidade livros que veem enriquecer a literatura histórica do nosso Estado. Euripedes Queiroz do Valle, Norbertino Bahiense e Eugenio de Assis; publicaram livros sobre historia espírito-santense, sobre o Caboclo Bernardo e sobre a Insurreição do Queimado. Wilson Rezende enviou ao Congresso de Geografia, realizado no Rio do Janeiro, uma tese que merece franca aprovação. Mario Freire, em artigos de colaboração na *Vida Capichaba*, rebuscou sempre o nosso passado. O Museu de Arte Religiosa, com os seus boletins de frequência, atesta que há ainda muita gente aqui no Espírito Santo que olha para o passado com o mesmo sentimento de Olyntho Aguirre. O Instituto foi dignamente representado no Congresso de Historia, realizado na cidade do Salvador, por ocasião das comemorações do 4.º Centenário de Fundação da Cidade, pelo distinto consocio Dr. Heraclito Amancio Pereira.

Só a 07 de junho de 1948 pude retornar, o que fiz pessoalmente, o serviço de protocolo e catalogação dos livros, revistas, boletins e jornais recebidos pelo Instituto Histórico do Espírito Santo.

Catalogados por obras, tomam os números de 334 a 548, excluídos os jornais, e contando cada obra vários volumes, alguns mensais, foi o suficiente para encher as prateleiras do último armário

disponível. Para êsse serviço, feito ordem, tive necessidade de encarregar o snr. José Pereira Nunes, cujo serviços foram prestados com inteligência e dedicação.

O Instituto mantém correspondencia constante com as sociedades culturais de muitos paizes notadamente os Estados Unidos, Repúblicas da América Central, Portugal e França. Procurei não faltar ao dever de cortezia de responder a cada comunicação ou agradecer as ofertas que elas encaminhavam.

No biênio da presidencia com que me distinguiu a honrosa confiança dos meus dignos pares não me foi permitido resolver os problemas que encontrei dos quais o principal é a nossa casa.

Resta-me a satisfação de transmitir o honroso cargo ao meu ilustre sucessor dr. Ceciliano Abel de Almeida, na certeza de que graças a sua solida cultura, suas mãos experimentadas, e o alto prestígio do seu ilustre nome, com a brilhante cooperação dos seus dignos companheiros de directoria o Instituto Historico retornará ao fastigio dos primeiros tempos que tanto iluminaram os nossos corações com esplendores de um passado de glorias e com as esperanças de um futuro radioso.

12.6.949

MARIA ORTIZ NÃO É UMA LENDA

Eurípides Valle

(do Instituto Histórico do E. Santo)

Maria Ortiz já não é na História do Espírito Santo uma figura de lenda. O seu nome não mais aparece envolto nas dobras da dúvida ou recoberto pelo véu da incerteza. Já agora se sabe, com segurança, quem eram os seus pais, quando nasceu, que idade tinha quando ocorreu o episódio célebre, como vivia e quando afinal faleceu,

O Espírito Santo deve esses esclarecimentos a um de seus filhos ilustres, infelizmente desconhecido do grande público. Referimo-nos ao Barão do Guandu, Cel. João Bernardes de Souza que foi, no Estado, o segundo portador desse título¹.

O Barão do Guandu era um apaixonado das cousas do Espírito Santo. Grande parte de sua fortuna particular empregou ele na aquisição de documentos relativos à história espírito-santense. Chegou mesmo a custear a viagem de um amigo a Portugal a fim de colher no célebre arquivo da Torre do Tombo daquele Paiz elementos de elucidação para muitos dos episódios do nosso passado ainda não esclarecidos.

Possuía devidamente catalogado um precioso inventário. O acaso aproximou-me de sua Viúva a Baronesa do Guandu falecida, há pouco, em Cachoeiro de Itapemirim. Despousei em primeiras núpcias uma sua neta. Esse fato permitiu que conhecesse de perto a figura nobre e austera daquele ilustre titular atravez dos informes de sua veneranda Viúva.

A Baronesa do Guandu, que viveu o último quartel da vida em Cachoeiro de Itapemirim, era uma dessas velhinhas encantadoras. Embora já septuagenária, possuía excelente memória. Espírito ati-

¹ História do Brasil. M. Veiga Cabral. 15.^a Ed. 1944 pg. 498.

ladíssimo, era um praser ouvi-la rememorando cousas e fatos do passado fixando-os no tempo e no espaço com precisão admirável. Era um período vivo da nossa História, costumava dizer o saudoso político Dr. Pinheiro Junior.

Não era, como em geral são as pessoas de sua idade e da sua hierarquia. Não menospresava o presente por amor as cousas do passado. Espírito arejado e evoluído, achava perfeitamente naturais todas as conquistas da civilização.

Foi por intermédio dela que tomei conhecimento da existência do precioso documentário que a paixão do velho Barão, seu esposo, acumulara durante vários anos sobre cousas, homens e fatos do Espírito Santo. Falecendo, foi toda aquela valiosa documentação cuidadosamente encaixotada e destinada segundo seu próprio desejo ao Arquivo Público do Estado. Ficara, porem, na Fazenda Santa Helena, em Castelo, onde falecera, aos cuidados de seu digno filho Cel. Jayme Bernardes de Souza até que pudesse ser enviado à Capital. Mudando-se este para Cachoeiro de Itapemirim, fora o arquivo confiado à guarda do Administrador Geral da Fazenda. Uma serie de circunstancias e incidentes fez com que ele ali permanecesse por vários anos.

Um dos amigos íntimos do velho Barão, o Cel. Antonio Marins, conhecendo o valor daquele documentário e sabendo da existência do mesmo ainda na Fazenda pediu e obteve do Cel. Jayme Bernardes permissão para faze-lo chegar ao seu destino. Infelizmente, dois dos três caixotes estavam completamente inutilizados pela traça e cupim. Somente de um deles ainda se podia aproveitar alguma cousa. Desgraçadamente muito pouco. Com esse pouco o Cel. Antonio Marins, estudioso também do nosso passado, escreveu o seu hoje apreciado livro "Minha terra e meu Município"². Pela precisão dos

² Edição do Jornal do Comercio. 1921.

dados e pela riqueza dos informes bem se pode avaliar o que era o arquivo do velho Barão do Guandu.

Com a morte do Cel. Marins e mudança de sua família para Rio de Janeiro desaparecia infelizmente o que restava daquela preciosa coleção. Tentei ainda, por intermédio de sua ilustre filha, a senhora Lola Marins, obter informes sobre o mesmo. Muito pouco consegui. A bem dizer quase nada, mesmo em relação ao que se conseguira salvar.

Em todo caso não foi totalmente em vão o nosso esforço. Alguns dados foram obtidos ainda preciosos e capazes de esclarecer, entre outros o episódio histórico relativo a figura de Maria Ortiz e do naufrágio do navio Imperial Marinheiro em que tanto se distinguira o velho Caboclo Bernardo.

Dessa forma e com o relato que de viva voz nos fazia a velha Baronesa, que fora auxiliar prestimosa de seu marido na organização e catalogação do documentário, pudemos anotar e registrar alguma coisa de útil a nossa História.

Já agora é possível reconstituir, com segurança, o episódio célebre no qual tanto se distinguiu aquela jovem heroína espírito-santense.

Maria Ortiz era filha dos hespanhoes Juan Ortiz y Ortiz e de Carolino Davico (ou Darico) que aqui chegaram em princípios de 1601³.

Maria nasceu nesta Capital, dois anos depois, isto é, em 20 de fevereiro de 1603^{4, 5}. Tinha, portanto, 22 anos completos quando ocorreu o episódio histórico. Aos 16 anos ficára órfã de Mãe que

³ Imigração Hespanhola para o Brasil. In Arc. De Imigração. M. Rel. Exteriores. Decênio 1595-1605.

⁴ Carta-relatório Cap. João Dias Guedes ao Gov. Diogo Luiz de Oliveira. Junho-1625 (Arc. Nac.)

⁵ Em seu livro "O estado do Espírito Santo e os espírito-santenses" (1971), o autor retifica o autor da Carta, como sendo o capitão Aguiar Coutinho. João Dias de Guedes só governou o Espírito Santo a partir de 1640 (NOTA DO ORGANIZADOR).

falecera de “fébres”. Filha única, passou a substituir a progenitora no governo e mistéres da casa, auxiliando ainda o Pai no pequeno comércio que mantinha⁶.

Os encargos de dona de casa, que tão cedo lhe pesaram, desenvolveram-lhe as virtudes e qualidades enrijando-lhe o caráter e a vontade. Muito habilidosa, exercia, nas horas de lazer, o mister de costureira e doceira, habilidades que herdara da progenitora. De sua mãe hespanhola possuía ainda o físico e a robustez⁷.

O episódio célebre em que tomara parte não ocorreu como em geral se supõe. Realmente. Não seria com simples baldes d’água, mesmo ferventes, que se havia de desbaratar um grupo de homens agueridos e habituados a luta com os holandezes corsários da época.

O fato se deu de modo diverso. Maria Ortiz, aproveita-se da posição do pequeno sobrado em que habitava á ladeira do Pelourinho (hoje Escadaria Maria Ortiz) e procurou impedir a passagem dos invasores por aquele ponto. De fato o pequeno sobrado ficava no centro da ladeira e exatamente na parte mais estreita desta, com pouco mais de 4 metros de largura⁸.

A ladeira era, no tempo, o ponto de mais fácil acesso á Cidade Alta onde se encontrava, como ainda hoje, a sede do Governo. Na manhã do dia 10 de março de 1625⁹ os holandezes desembarcaram. Amanhecia obscura a Vila, Maria Ortiz sente de perto o perigo. Bem sabia o que fora a invasão anterior. Convoca a vizinhança e combina a moção. Deveriam pelo menos dificultar a passagem dos invasores por aquele ponto. Tudo seria utilizado para o fim já que não havia tempo de pensar em outros meios. O desembarque se dá.

⁶ Carta-relatório cit.

⁷ Idem.

⁸ Planta da Vila de Vitória. 1630. in Biblio-pinacoteca Municipal de Vitória.

⁹ Essa a verdadeira data do episódio. Ver Vieira. “Ánua da Província do Brasil. 30-9-1626, in 1, 58, Rodolfo Garcia (Nota a Varnhagen H.G. II-240).

Como se esperava o grosso dos invasores rumou para aquele ponto. Ao atingirem o meio da ladeira são surpreendidos. Uma forte reação parte das janelas das casas altas de ambos os lados da ladeira. E sobre eles toda a vizinhança animada e dirigida por Maria Ortiz lançava não só água fervente como pedras, páus, brasas e tudo que naquela emergência pudesse fazer algum mal aos invasores. O efeito foi imediato. Surpreendidos e com alguns fortemente queimados e contundidos, sem nada poder fazer, retrocederam. E retrocederam diretamente e às pressas para bordo porque já a esse tempo chegavam os soldados da milícia regular que, animados ainda por Maria, perseguem os inimigos.

O fato teve larga repercussão. Governava o Espírito Santo Francisco de Aguiar Coutinho. Este, em longa exposição, leva o fato ao conhecimento do Governador Geral Diogo Luiz de Oliveira exaltando “a ação exemplar e destemida da brava moça”.

Essa carta exposição constitui hoje um precioso documento. Ela veio esclarecer entre outros a data exata do episódio e detalhes outros tão úteis à perfeita elucidação do fato. Uma cópia autêntica desse documento foi oferecida em 1897 pelo velho Barão ao seu amigo Cel. Reynaldo do Souto Machado depois Prefeito de Cachoeiro e grande curioso da nossa História. Este, por sua vez, para melhor guardá-la, oferece ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, onde deve se encontrar.

Cercada, desde então, da consideração geral das autoridades e do povo da então pequena vila de Vitória veio a destemerosa espírito-santense a falecer no dia 18 de Setembro de 1646. Tinha então 43 anos.

Vitória, 20/12/947

TOMAZ CAVENDISH NO ESPÍRITO SANTO

Norbertino Bahiense

Tomaz Cavendish, grande navegador inglês, ocupou lugar de remarcado destaque na época em que viveu, na segunda metade do século XVI. Foi almirante de indiscutível mérito. Fez observações valiosas, deixou estudos úteis á navegação, traçou mapas, que foram acatados e respeitados. Empana-lhe, entretanto, os feitos, tudo o que realizou no terreno da pirataria. Foi um **CORSÁRIO**. Enegrece-lhe a alma, alinhando-o nas fileiras dos maus, o ataque que fez a Santos, no dia de Natal, em 1591, no momento exato em que a população afluía ás igrejas e se ajoelhava, contrita, em preces ardorosas ao venerado Rabi da Galiléa. Nesse dia de alvíscaras cristãs, a sua frota de rapinagem embicava para o porto paulista. Pouco depois, ante as vistas atônitas e surpreendidas da população, desembarcavam os piratas ingleses do **“ROEBUCK”**, do **“DESIRE”** e do **“BLAKE PINESSE”**. Cavendish viria, em pessoa, logo depois, com o **“LEICESTER”** e o **“DAINTIE”**. Ele e sua gente deixaram sulcos de profunda maldade entre os santistas, durante os dois meses em que se assenhorearam da terra. Ao deixarem-na após, não fugiram ao remate da perversidade, pois abandonaram-na sob o fumo criminoso dos incêndios ateados pelas suas mãos de ímpios e de bárbaros.

Há, regendo-nos os destinos, uma lei implacável e justa. A da causa e do efeito. Cavendish não pode fugir aos seus imperativos. Depois dos males que então produziu, tudo lhe foi adverso. Tentou fazer novo desembarque em Santos em 1592, mas sofreu o amargor da derrota, perdendo alguns capitães entre os que tombaram. Rumou para São Sebastião e foi surrado. Tocou para a Ilha Grande, mas também ali foi repellido.

Acostumado a vencer, o corsário não se conforma e sobre a esteira de amargura que já lhe ia minando a alma, continuou á pro-

cura de outras vítimas mais fracas. Nesse afan não descansa. Pelo seu espírito perspicaz avalia a fraqueza que deveria encontrar numa terra próxima, então governada por u'a mulher. A Capitania do Espírito Santo, sob a direção da viúva de Vasco Fernandes Coutinho Filho — Luiza Grinalda, sua sucessora, assessorada pelo capitão de ordenanças, Miguel de Azeredo, — foi o último alvo das suas ambições. Deveria ser presa fácil. Assim, nesse mesmo ano de 1592, em que registraria o fim de sua tumultuária existência, os navios piratas do aventureiro fundearam ao largo de Vitória e deles partiram, barra a dentro, alguns lanchões com os vanguardeiros do incendiário da vila de Braz Cubas. Entregou-os ao comando do seu capitão Robert Morgan. Antes, porém, dando vasas á sua tara de homem mau, enforcava e fazia baloiçar, tragicamente, nos mastros de uma das caravelas, o corpo do humilde português que lhe servia de práctico e que não conseguia acertar a passagem dos barcos pelo canal. Disso se depreende que seus navios eram de bom tamanho.

Pressentidos os ingleses fora da barra, na véspera, os nossos bravos defensores, durante a noite, acenderam fogueiras em todos os altos de Vitória até Piratininga, usando da boa tática de fazer supor a existência de forças suficientes ou superiores para os enfrentar. Logo a seguir trataram de se fortificar como lhes fosse possível e tão rapidamente quanto exigiam as circunstâncias. Sem perda de tempo e com a deficiência que se póde avaliar, entrincheiraram-se nas fraldas do Penedo e na parte fronteiraça, onde hoje se encontra o Club de Regatas “Saldanha da Gama”, ex-forte de São João. Nessas trincheiras e outras defesas bisonhas e improvisadas, a nossa brava gente se colocou pronta para o que desse e viesse.

Subiram os lanchões barra acima, com os atacantes comandados por Robert Morgan. Passaram por Piratininga, transpuseram Vila Velha, deixaram de lado a Pedra do Elefante. Deveriam ter admirado as belezas naturais da baía, belezas que ainda hoje embeve-

cem os que nela penetram. Á perfeita configuração da pedra que se nos afigura um elefante, sucederam os caprichosos contornos da Pedra dos Ovos. Vitória, porem, não lhes oferecia somente o encantamento de suas maravilhas. Oferecia também a resistência contra os que ousavam atacá-la e foi assim que logo depois de transposta a “Pedra dos Ovos”, esbarraram, Roberto Morgan e seus homens, ao tentarem a ferro e fogo, o desembarque. Eles ficaram colocados entre dous fógos habilmente dirigidos pelos nossos. Em seu socorro veio logo depois, o próprio Cavendish que havia ficado de alcatéa fóra da barra. Inutilmente. De nada valeram a sua ousadia, a sua tradição de lobo do mar, o seu saber. A resistência heróica dos capixabas eliminou muitos homens do corsário e entre eles o comandante da investida, capitão Roberto Morgan.

Retirou-se, então, o homem e sua gente. Rumou de volta para sua terra, mas ia profundamente desgostoso pelos reveses sofridos. Grande era a sua paixão e a sua vergonha. Tão grande que não as suportou nem as resistiu. Não se findava o ano de 1592 e ele, na corrida do Espírito Santo, de onde fugia, tombava para sempre, tendo como sepultura o mar que, por anos, dominou. Ao que parece e registram algumas enciclopédias, isto aconteceu em águas do Brasil.

O que acima ficou esboçado é o que sabemos em torno do famoso inglês, principalmente, no que diz respeito ao seu frustrado ataque á terra de Maria Ortiz e de Domingos Martins, desta terra que, igualmente, mais tarde repeleria outros atacantes.

Recentemente, porém, o consagrado escritor e historiador Gustavo Barroso, entre os magníficos estudos que vem lançando na Revista “O CRUZEIRO”, publicou um, no número de Natal do ano de 1949, sob o título “O NATAL DE SANGUE DE THOMAZ CAVENDISH”, no qual, depois de expor, com a erudição que lhe é peculiar, as aventuras do terrível pirata, arremata com uma versão inteiramente diferente da que se conhece e confunde o episódio do

Convento da Penha, verificado com os holandêses, em 1640, com o de Cavendish. Atribuiu a este os detalhes da derrota por aqueles sofrida diante das hostes celestiais que, segundo a lenda ou conforme afirmam homens de fé, surgiam, em visões impressionantes, em defesa do secular e tradicional santuário, majestoso e imponente, grimpado nas cristas do monte que se ergue ao lado do Moreno, na entrada dom poeta da capital capixaba.

O seu estudo motivou a seguinte carta que lhe dirigiu:

“Vitória, 28/12/49.

Ilustre patricio Dr. Gustavo Barroso

Tenho em mãos a gentil carta que teve a bondade de mandar há poucos meses, acusando o meu modesto livro “O CABOCLO BERNARDO e o NAUFRÁGIO DO IMPERIAL MARINHEIRO”. Muito lhe agradeço as palavras gentis que me dirigiu e que muito me estimularam.

Sou um apaixonado pela História de nossa querida Pátria e ainda muito mais apaixonado pela parte que diz respeito ao meu torrão natal – o Espírito Santo e por isso mesmo integro os quadros do seu Instituto Histórico e Geográfico, embora mui apagadamente.

Assim sendo e procurando sempre aumentar as menses dos meus conhecimentos, procuro sofregamente as boas fontes, as fontes credenciadas onde pontificam os mestres – os mestres como Gustavo Barroso e os de seu quilate,

Na execução deste programa, não me podia passar despercebido o esplendido trabalho que vem o ilustre patricio desenvolvendo há algum tempo na revista “O CRUZEIRO”, trazendo à lume, em magistras ilustrações, os “Segredos e revelações da História do Brasil”.

O último, “NATAL DE SANGUE DE THOMAS CAVENDISH”, interessou-me mais vivamente, por tratar do famoso corsário inglês a quem estou dedicando algumas linhas em trabalho histórico em confecção.

Surgiu-me, porem, grande dúvida diante das suas afirmativas em relação ao ataque que diz haver o mesmo feito ao Convento da Penha se onde fugiu espavorido com os seus homens ante a visão milagrosa que lhes surgiu pela frente.

O episódio é conhecido e essa visão extraordinária já foi para a tela sob o manejo dos pincéis de credenciados de Benedito Calisto.

O que se sabe, entretanto, é que êle se deu com os holandeses, numa das suas investidas ao famoso Convento e não com o célebre Cavendish, que foi derrotado não e Vila Velha, mas em Vitória, entre dois fogos que partiam de fortificações baseadas nos dois lados da baía, entre o Penedo e o Forte de São João onde hoje se acha o clube regatas “Saldanha da Gama” e onde ainda se encontram ruínas das ditas fortificações.

Assim o afirmam as fontes históricas que conhecemos e temos em mãos.

É possível, entretanto, que não saibamos o suficiente e que o presado patricio tenha o que não encontramos. Por este motivo venho lhe solicitar a grande fineza de me esclarecer esse ponto importantíssimo e de grande valia para o meu querido Espírito Santo, contribuindo assim para o engrandecimento do seu acervo histórico.

Aproveito o ensejo para lhe enviar em separado, o meu último trabalhinho – DOMINGOS MARTINS.

Muito grato pela resposta que se dignar de me mandar, subscrevo-me atenciosamente e com os melhores votos de felicidades ao raiar do novo ano. Do patricio e sincero admirador (a) Norbertino Bahiense.”

Houve, da parte do ilustre patricio, um engano, engano do qual ficou plenamente convencido após receber a carta que lhe mandei. Leal e cavalheirescamente m'ò disse, prometendo gentilmente corrigi-lo na primeira oportunidade, permanecendo assim, de pé,

o que realmente consta da história e da lenda que á história se incorporou, isto é:

1.º – Que Cavendish foi derrotado na baía de Vitória, no ano de sua morte, em 1592, entre o Penhasco Penedo e o atual club de Regatas “Saldanha da Gama”, onde houve o Forte de São João.

2.º – Que a lenda histórica conhecida e até glorificada em magnífica téla através dos mágicos pincéis de Benedito Calisto, apresentando o Convento da Penha e o recuo de seus atacantes ante a visão de um exército surgindo dos céus em sua defesa, se verificou com os holandeses que investiram contra Vitória e Vila Velha, em 1640, sendo repelidos pelas forças espírito-santenses que não lhes permitiu firmarem pé em suas terras como também aconteceu na primeira tentativa que fizeram em 1625.

ESPIRITO SANTO – ARTIGOS D’OFICIO – VILA DE VITÓRIA

Ilmo. e Exmo. Senhor

Os habitantes desta Província, não podendo encarar a sangue frio os principios, da política subversiva e destruidora com que o Congresso de Lisbôa pretêndia escravisar êste rico País, e por consequência, faze-lo retrogradar ao antigo e abjeto estado, de que tinha feito sair a Benignidade do Senhor D. João VI, tomaram, por unanime consentimento do Povo e Tropa a deliberação de Aclamar por seu primeiro Imperador Constitucional o Senhor D. Pedro de Alcantara. O dia 12 do corrente, seu natalício foi aquêlo mêsmo, que se achou ser o mais próprio para se efetuar tão solene à muito desejado ato, o qual a proporção que assegura entre nós a séde da Monarquia, afiança por isso futura prosperidade, que êste Império nascente promete pelos grandes recursos que a Natureza
..... lhe franqueou, e finalmente aparte d’entre todos os bens Brasileiros a suspeita que tornava abatido o nosso Comercio e acanhada a nossa Industria.

A prudência com que o Senhor D. Pedro de Alcantara, hoje nosso Imperador, tem sustentado a Regência d’este Reino há quase dois anos. As justas e sábias disposições; com que tens salvado a nossa pátria dos graves males que a tem ameaçado; a satisfação com que prontamente se dignou aceitar o título de Defensor Perpetuo do Brasil e sobretudo, a Primogenitura da Dinastia da Casa de Bragança lhe davam direitos incontestáveis ao Título Preeminente, a

¹ Dados, para a História do Espírito Santo, colhidos pelos irmãos Francisco, Antônio e Pedro Feu Rosa nos arquivos do Rio de Janeiro, os quais nos foram entregues para publicidade, o que muito agradecemos.

que acaba de ser elevado em todas as Vilas da minha Comarca, por unanime concurso do seu Povo e Tropa.

Eu não tenho expressões para fazer ver a V. Excia., o entusiasmo, ardor, e sentimentos patriotismo, que nessa ocasião desenvolveram os Membros da Junta Provisória. O Bacharel Manoel Pinto Ribeiro Pereira de SamPaio, deputado por esta provincia, o Tenente-Cel. Comandante d'Armas, os Eclesiasticos Officiais da 1ª e 2ª Linha, soldados e todo o Povo e cada um parecia querer despertar a primazia em demonstrações de contentamento. Enquanto porém não chega a Augusta Presença de V.M.I. o mencionado Deputado, que foi nomeado para ter a honra de ir beijar-lhe a mão, felicita-lo da parte dos habitantes desta Vila pela sua exaltação ao trono, e protestar-lhe por eles a mais firme adesão a Causa do Império do Brasil, contento-me em levar à notícia a V. Excia. as cópias autenticas das Atas, que lavraram em Camara, e uma relação dos festejos, que por tão fausto motivo se celebraram, rogando a V. Excia. se digne fazer chegar tudo ao conhecimento de S.M.I. — Deus guarde a V. Excia. Vila de Vitória-21-X-22

Ilmo. Exmo. Senhor José Bonifácio de Andrade e Silva.

O ouvidor Geral e Corregedor da Comarca Ignacio Acioli de Vasconcelos.

Cópia do Auto da Independência.²

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1822 aos 12 de outubro do dito ano nesta Vila de N. Sn. da Vitória, cabeça da Comarca da Capitania do Esp. Santo em a Sala do Palácio da Junta do Govêrno Provisório desta Provincia, onde se reunira o Senado da Camara desta Vila Presidida pelo Doutor ouvidor Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca Ignacio Accioli de Vasconcellos, o juiz Ordinário capitão Luiz da Fraga Loureiro, os Vereadores Ignacio Pereira de Amorim, o Quartel Mestre João Pedro da Fonseca Portugal, Ignacio Pinto Ribeiro e o procurador do Conselho Francisco Caetano Simões, onde também se achavam reunidos os membros da junta do Govêrno Provisório da Provincia, o Reverendo Presidente José Nunes da Silva Pires, o Secretário Luiz da Silva Alves de Azambuja Suzano, e as Vogais o Capitão-Mor José Ribeiro Pinto, o Capitão Sebastião Vieira Machado, e o Capitão José Francisco de Andrade Almeida Monjardim e juntamente o Comandante de Armas, o Tenente Coronel Fernando Feliz da Silva, e todas as mais pessoa da Nobreza e Autoridades eclesiasticas, civís, militares, e muitos cidadãos de várias classes que em festivo aplauso também se achavam presentes e logo o mesmo doutor Corregedor Presidente em alta voz com grande entusiasmo e alegria declamou dizendo que, constando a êste Senado da Camara por incontestáveis, e decedidos fatos, que o voto unanime dos Povos desta Província da Vila de Vitória era desligarem-se dos laços civís, e políticos, que os união ao govêrno de Portugal, e proclamarem a sua Independência a fim de não suportarem jamais o odioso, e vil estado da Colonia, a que os pretende reduzir o Soberano Congresso de Lisbôa, como

² Publicada no livro “As Juntas Governativas e a Independência”, vol.3, pg. 1022, 1975 (NOTA DO ORGANIZADOR).

evidentemente demonstram as suas medidas hostís, e os seus impolíticos, e incendiosos Decreto, reconhedendo o mêsmo Senado da Camara a justiça daquele voto, e sentimento, por que reconhece igualmente o principio de que os Povos se podem tornar independentes e livres, logo que tenham forças, e meios para sustentar a sua independência, e desejando conformar-se com a sua vontade, e deliberação a fim de evitar discursões e partidos atalhar a junta civil, e promover a tranquilidade pública, e prosperidade da provincia, deliberou unanimemente declarar, e proclamar a mêsmo deseja Independência como de fato a declaram e proclamam protestando defende-la e dar última gota de sangue, aparecendo logo à varanda o doutor Corregedor Ignacio Accioli de Vasconcelos e perguntando a todo o povo, clero, nobreza, e tropa, que se achavam na praça se era esta realmente sua vontade, e se estavam contentes e satisfeitos, responderam que sim entre mil vivas de aplausos com demonstrações de prazer, e em sinal de contentamento a independência e adesão à Causa do Brasil, todos apresentavam no braço esquerdo um laço verde com as palavras por baixo que diziam Independência ou MORTE, como também no chapeo o tope da confederação; formado de cores verde ou amarelo, e de tudo para constar mandaram fazer este auto, em que todos os enunciados e mais nobreza e autoridades Ecclesiasticas Civís e Militares e mais Cidadãos assinaram, e eu Manoel Ribeiro da Silva, escrivão da Camara, que o escreví, e em fé de todo o referido assinei Ignacio Accioli Vasconcelos, Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca; Luiz da Fraga Loureiro, Capitão de Milicias e Juiz Ordinário, Ignacio Pereira de Amorim, primeiro vereador; João Pedro da Fonseca Portugal, Quartel Mestre, e segundo vereador; Ignacio Pinto Ribeiro, terceiro vereador Francisco Caetano Simões Procurador; Manoel Ribeiro da Silva Escrivão da Camara. E nada mais se continha em o dito auto da Independência, e assinaturas nele exaradas, que eu Escrivão da Camara bem,

e fielmente aqui tresladei e copiei do próprio, que se acha lançado no livro atual do próprio de Vereanças da Camara, a que me reporto, que o escreví e por estar conforme o original o assinei nesta dita Vila da Vitória. Capitania do Espirito Santo aos 15-X-1822 e eu Manoel Ribeiro Silva, Escrivão da Comarca que co escreví e assinei Manoel Ribeiro da Silva. (seguiram mais de 98 assinaturas) N. B. Na folha seguinte há o Auto da Aclamação.

Ilmo. e Exmo. Senhor — Eu dou mil parabens a V. Excia. pela elevação ao trono de Príncipe Real, com as atribuições próprias que lhe competem, no lugar eminente alto, e poderoso de Imperador Constitucional do Brasil. Esta grande obra é filha da sabedoria, prudência, e grande política de V. Excia. quem todo o Brasil deve a sua devoção política, unida aos grandes trabalhos, eficacia e sabedoria do muito alto, e poderoso Senhor D. Pedro de Alcantara, único esteio, em que se podia firmar a salvação do Brasil, por tanto não há louvor, com que se possam louvar as grandes determinações de V. Excia.

No meu último officio nada dizia da Bahia porque não tinha noticias mas no dia 6, e 7 chegaram duas embarcações, com poucos dias de viagem e deram notícia de ter havido algumas escaramuças entre as guerrilhas do reconcavo e partilhas e as piquetes do Madeira; em uma destas últimas escaramuças ficou gravemente ferido o Comandante da Legião Luzitania o que deu lugar à Proclamação do Madeira, do dia 13 e a Pastoral do Deão datada do mêsmo dia: há uma circunstância que me parece deve ser examinada com cuidado, porque envolve em sí razões políticas, que vem a ser, fugindo de Pernambuco para o Rio de Janeiro o Presidente do Govêrno Gervasio Pires Ferreira, no Paquete Ingles que chegou em setembro, êste Paquete Ingles indo de Pernambuco à Bahia, ficou o Gervasio preso na Bahia, parece-me de muita circunstância saber-se, se o Comandante do Paquete o entregou ao Govêrno da Bahia, ou se ele foi preso estando em terra. V. Excia. fará tudo quanto bem lhe parecer; porque da minha parte está só em avisar a V. Excia. de tudo quanto souber relativo a grande causa a que nos propusemos defender e sustentar. Deus guarde a V. Excia. Vitória 8-X-22

Ilmo. Exmo. Snr. José Bonifácio de A. Silva

Fernando Telles da Silva, Comandante das Armas da Provincia do Esp. Santo

Cópia do Auto de Aclamação³

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1822, aos 12-X- do dito ano nesta Vila de Nossa Senhora de Vitória cabeça da Comarca da Capitania do Espirito Santo. Em a sala do Palácio da Junta do Govêrno Provisório desta Provincia onde se achava reunido o Senado da Camara da mêmra presidido pelo Dr. Ouvidor Geral e Corregedor Ignacio Accioly de Vasconcellos, o Juiz ordinário, o Capitão Luiz da Fraga Loureiro, os Vereadores Ignacio Pereira de Amorim, o Quartel-Mestre João Pedro da Fonseca Portugal, Ignacio Pinto Ribeiro, o Procurador do Conselho Francisco Caetano Simões, onde também se achavam todos os Membros da junta do Govêrno Provisório, o Reverendo Presidente José Nunes da Silva Pires, o Secretário Luiz da Silva Alves de Azambuja Suzano e os tres Vogais, o Capitão Mór José ribeiro Pinto, o Capitão Sebastião Vieira Machado e o Capitão José Francisco de Andrade Almeida Monjardim, e juntamente o Comandante das Armas desta Provincia e o Tenente Coronel Fernando Feliz da Silva, e todas as mais pessoas da Nobreza, Povo, e Tropa, Autoridade Eclesiasticas, Civis e Militares que em festivo aplauso também se achavam presentes; e logo aí o mêmro Dr. Corregedor Presidente em vos alta e inteligível que todos perceberam disse, que tendo o Senado da Camara assistido e concordado com os votos, e sentimentos dos Povos desta Vila e seu termo a respeito da declaração do Govêrno de Portugal por ver que eram uniformes e unanimes, reconhecer, como necessário e indispensável para salvar esta provincia do vilipendioso, e abjecto estado de Colônia, em que infelizmente por tanto anos jazem, e o que debaixo do sagrado nome de Constituição o pretendia ou talvez reduzir o orgulhoso congresso de Lisboa,

³ Publicada no livro “As Juntas Governativas e a Independência”, vol.3, pg. 1025, 1975 (NOTA DO ORGANIZADOR).

e observando agora, que depois de declarados Independentes em o seu unanime, e decisivo voto revestir o Senhor D. Pedro de Alcantara atual Principe Regente, e Defensor Perpetuo de todos os atributos inherentes ao Chefe do Poder Executivo, e orna-lo com o título de Imperador Constitucional do Brasil, para na qualidade de Independente do Govêrno de Portugal de acordo com a Assembleia Geral Constituinte, e Legislativo conservar a mêmua independência, e elevar o Brasil ao seu maior estado de grandeza, prosperidade, e de gloria persuadido, e convencido o mêmua Senado da Camara, que um tal voto, e deliberação era sem contradição alguma condicente à felicidade desta vasto continente, e de importantes e vantajosas consequências para a sua mêmua grandeza e prosperidade; desejando ir sempre conforme a vontade dos Povos, única lei, pela qual se devem regular todos os que tem a árdua tarefa de os dirigir e govêrnar; assentou e deliberou unanimemente proclamar o Senhor D. Pedro de Alcantara Primeiro Imperador Constitucional do Brasil, prestando porém previamente o juramento solene de guardar, manter, defender a Constituição política que fizer a mêmua Assembleia Geral Constituinte, e Legislativo do Brasil, e efetivamente foi Aclamado neste mesmo dia por todo o Povo, Clero, Nobreza, e Tropa desta Vila, chegando o mêmua Dr. Corregedor Ignacio Accioly de Vasconcellos à janela da Palácio do Govêrno levantou a voz com grande entusiasmo e alegria repetindo as palavras que diziam e soavam, Viva a Nossa Santa Religião, Viva a Independência do Brasil, Viva a Assembleia Geral Constituinte, e Legislativa do Brasil, Viva o Imperador Constitucional do Brasil o Senhor D. Pedro I, Viva a Imperatriz do Brasil e a Dinastia de Bragança Imperante no Brasil, Viva o Povo Constitucional do Brasil, a cujas vozes responderam todos imediatamente com grande entusiasmo e alegria, seguindo-se logo tres salvas sucessivamente cada uma de vinte um tiros dados por todas as fortalezas desta Provincia, pelas tropas e

salvas de mosquetaria, acordaram mais que visto ter-se celebrado o ato tão solenemente como era desejado, todos digo desejado por todos com o qual se assegura a prosperidade desde vasto Império se passasse imediatamente à Igreja Matriz a render graças ao Todo Poderoso, onde já de antemão se tinha disposto, que tudo se fizesse o mais solene, e aparatoso que fôsse possível; acordaram mais que êste dia não só por ser o natalício do N. Imperador Constitucional, mas também por ser aquele mêsmo em que todo o Povo desta Comarca o havia elevado ao título de Imperador, fôsse por isso um dos festivos para esta Comarca em que anualmente se solenisasse de modo que fôsse possível para memôria, acordaram finalmente que por ocasião de tão justos prazeres, e alegria se desse parte a S.M.I. do que se havia passado nesta Vila, e que se nomeasse uma pessoa das mais condecoradas para ir beijar a mão e o felicitar em nome deste Povo, procedendo-se a votos se assentou por pluralidade que fôsse encarregado desta comissão o ilustrissimo e excelentissimo desembargador Manoel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio, eleito desta Provincia para a Assembleia Legislativa desta mêsmo Provincia, o qual se achava atualmente nesta vila a retirar-se para a Capital e de tudo para constar mandaram fazer este auto em que todos os mencionados no primeiro também neste se designaram, e eu Manoel Ribeiro da Silva, escrivão da Camara que o escreví, e em fé de todo o referido assinei. Ignacio Accily de Vasconcellos, Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca, Luiz da Fraga Loureiro, Capitão de Milicias Juiz ordinário, Ignacio Pereira de Amorim, Alferes de Milicias e primeiro Vereador, João Pedro da Fonseca Portugal, Quartel-Mestre e segundo Vereador, Ignacio Pinto Ribeiro, terceiro vereador, Francisco Caetano Simões, Procurador, Manoel Ribeiro da Silva. Escrivão do Senado da Camara. E nada mais se continha em o dito Auto da Aclamação e, assinatura nele exaradas, que eu Escrivão da Câmara bem e fielmente aquí o trasladei, e copeiei do

próprio, que se acha lançado no livro atual de vereanças da Camara a que me reporto, que o escreví, e por estar conforme com o original o assinei nesta dita Vila da Vitória Capitania do Espirito Santo aos 15 dias do mês X – 1822, eu Manoel Ribeiro da Silva, Escrivão da Camara o escrevi e assinei Manoel Ribeiro da Silva. (Seguiram mais 98 assinaturas)

Espirito Santo – Artigos D’Ofício – Vila de Vitória –
Ilmo. E Exmo. Snr.

Eu tenho a honra e a glória de felicitar a V. Excia. por dar ao Brasil uma segurança de govêrno, em que se funda a felicidade deste grande Imperio; e V. Excia. como o móvel primário desta grande ventura, todos devemos felicita-lo e respeita-lo, por esta grande obra de firmar a Independência, com a Aclamação do Muito Alto, e Poderosos Senhor D. Pedro I, Imperador do Brasil; o N. Soberano tem a grande felicidade de Imperar em todos os corações, pois eu não tenho palavras, nem expressões, com que possa contar o entusiasmo, e alegria destes povos. V. Excia. conhecerá esta verdade pelas outras participações, que lhe serão feitas; eu e o Govêrno Provisório não nos poupamos para fazer realçar mais a alegria nestes Povos, ajudando-nos nesta brilhante empresa o Deputado da Província Manoel Pinto Ribeiro e o Desembargador Ouvidor Ignacio Accioly Vasconcelos. Houve um grande aparato no fausto dia 12, seguiram-se luminarias por nove dias e no último dia, que foi o dia 20, êste brilhante dia foi meu, tive a satisfação, e a glória de ver realçar a alegria e o entusiasmo em todos os convidados, que assistiram à minha mesa; nessa ocasião o Deputado Escrivão da Junta da Fazenda Antônio Joaquim Nogueira da Gama, recitou um elequente energético discurso, recitado com a maior energia e entusiasmo, parece que comunicou êste entusiasmo em todos os circunstantes, que retumbavam os Vivas pelas salas, correnpondidos com músicas e fogos do ar, finalmente foi para mim um dos dias mais felizes da minha vida. Deus guarde a V. Excia. Vitória, 23-X-22.

Ilmo. Exmo. Senhor José Bonifácio de Andrade e Silva

Fernando Telles da Silva, Comandante das Armas da Província do Espirito Santo

Espirito Santo – Artigos D’Oficio

Vila da Nova Almeida

Senhor — É um sagrado dever dos representantes de cada uma porção do Povo Luzo-Brasilico do terreno Americano, que já anciosamente não aspira outra cousa mais do que ver fixo, certo, e inabalável no meio dele o Trono de V. A. R. ratificar a V. A. R. mêsmo, o espírito que o anima singularmente por todos os lugares, em que V. A. R. está proclamado, e cordealmente aceito por Defensor Perpetuo do Brasil cujo honorífico título dado a V. A. R. como um sacrificio de amor, fidelidade, sujeição e obediência, tem merecido tanto pezo no Augusto Coração de V. A. R. até mêsmo o sacrificio do proprio sangue e da própria vida. Mas, que: O Brasil está com V. A. R. como o Povo de Deus estava com o adolescente David e espera a Portugal figurado na pessoa do gigante Goliad, que presumindo vaidosamente contar seu triunfo onde levanta a espada aí mêsmo abrirá o seu sepulcro, e voltará confuso de todos os seus projetos, e arrependido para sempre de todos os seus serpentinos dolos, pelo que não calamos a V. A. R. que esta porção de Povo sôbre que temos nossas vistas e que somos encarregados para por ela pormos na Augusta Presença de V. A. R. suas verdadeiras intenções, está de tal sorte entusiasmada, que de uma vez entrega a V. A. R. todo o seu consentimento para que a V. A. R. maneie as rédeas do Govêrno Constitucional dêste rico Reino do Brasil como bem convier ao decoro de V. A. R. em causa tão justamente empreendida, que é o libertalismo, e Independência do Brasil; entranto imediatamente V. A. R. no exercício do Poder Executivo, e em virtude dele celebrar tratados de Aliança e paz, declarar guerra, abrir com as nações relações de amizade, enviar a elas seus Plenipotenciários, e seus Consules, negociar préstimos de dinheiros necessários, e finalmente auxílio de armas estrangeiras, se tudo isto pedirem as circunstâncias atuais da defeza do Bra-

sil, única causa verdadeiramente produtora destes intrínsecos ,
aderentes acessórios.

Deus guarde a V. A. R., muitos anos. Vila da Nova Almeida.
5-X-22. Francisco Gonçalves dos Banhos, João Baptista da Costa,
Antônio da Costa Morim, Fraustino José de Santa Anna – Antônio
Leite de Alvarenga.

Muito Alto e Poderosos Senhor

Só V. M. ao depois de estar neste Reino do Brasil conservado pela sábia Providência, para fins inescrutáveis, e declarar-se nele seu Protetor e Defensor Perpetuo no conhecimento de sua virilidade, amor sincero, sujeição e fidelidade dos Brasileiros para com a Augusta Pessoa de V. M. podia dar ao Reino do Brasil o honroso nascimento do Império e, a honrosa desunião de Portugal, fazendo-o gritar absoluto no meio das nações sua total independência no dia 12 de X do presente ano, e dizer com válido estrepito — Eu já sou império, e não sou reino... D. Pedro cinge a corôa imperial... Eu vivo sem dependência... Independência a mais feliz, porque se funda toda naquela promessa feita por Deus a D. Afonso Henrique de haver outro novo império, e Monarquia, da qual V. M. já está empossado, porque só para V. M. é que Deus tinha reservado sua fundação, como se dissesse a V. M. o que disse a D. Afonso na fundação do Reino de Portugal, *Volo inte et in semine tuo Imperium meum stabelere acrescentando unicamente o termo Brasilium.*

O povo ao momento que ouve êste Imperial título aclamado primeiramente das varandas do Conselho, e ao depois pelo Paróquo com a mêsmã Camara pelas ruas públicas grita sem cessar – Viva N. Santa Religião. Viva a Independência do Brasil, Viva o Imperador Constitucional do Brasil o senhor D. Pedro I, Viva a Imperatriz do Brasil e a Dinastia de Bragança Imperante no Brasil, Viva a Assembleia Constituinte do Brasil, Viva o Povo do Brasil; entusiasmada de chegar a alcançar o desejado tempo prometido de sua felicidade

⁴ Publicada no livro “As Câmaras Municipais e a Independência”, vol.1, pg. 177, 1973 (NOTA DO ORGANIZADOR).

pela Independência, quebrando cada um ao mesmo instante os ferros do cativo, em que tinha vivido ainda há mais de tres séculos e demonstrando a superabundância do seu contentamento com derramamento de ternas lágrima bem dizendo a V. M.e sucessão dêste Império na Pêessoa de sua Imperatriz.

Êste relevante beneficio, que será sempre assinalado na época do Brasil, e lembrado em todas as idades, nós leva aos pés do Trono e gratificar a V. M. e a dar-nos o verdadeiro parabens congratulando-nos da nossa ventura, da nossa liberdade, da nossa independência, tudo menejado pelos Augustos dotes do Paternal amor V. M. para com os brasileiros, que se contam de uma vez felizes por verem a V. M. colocado no Império do Brasil, e reconhecendo por todo o universo seu primeiro Imperador. Deus guarde a V. M. I. – Vila da Nova Almeida 14-X-1822 Francisco Gonçalves de Banhos, João Baptista da Costa, Antonio da Costa Amorim, Faustino José de Santa Ana, Antônio Leite de Alvarenga.

Auto da Independência⁵

Ano do nascimento do N. Senhor Jesus Cristo de 1822, aos 12 dias do mez de X do dito ano, no dia sábado de manhã nesta vila da N. Almeida, da Provincia do Espirito Santo, nos Paços do Conselho, e casas da Camara, onde se achavam reunidos o Juiz Presidente Francisco Gonçalves dos Banhos, Vereadores João Baptista da Costa, Antonio da Costa Amorim, Faustino José Santa Anna, Procurador do Conselho Antonio Leite de Alvarenga comigo escrivão do seu cargo abaixo declarado, e mais pessoas da nobreza, clero e povo nesta Vila e seu termo abaixo assinado aí por todos unanimemente foi dito, que pela razão de ter o Congresso de Lisboa pretendido reduzir êste vasto Reino do Brasil ao antigo estado de Colonia Chamando a sí todo o negocio, fábricas manufacturas, navegação nacional, artilharia, munições de guerra, armamento e outras muitas cousas, como se mostra de vários decretos do mesmo Congresso, que deviam aquí ser cumpridos debaixo do rigoroso vexame das Tropas de Portugal, e de Ministro por ele escolhido, portanto acordaram em se declarar Independência e desligados do Govêrno de Portugal e só sujeitos e aderentes ao Govêrno do Principe Regente deste Reino o Senhor D. Pedro d'Alcantara Protetor Perpetuo deste Reino; cuja adesão protestaram defender à custa de suas próprias vidas, do que para constar mandaram fazer êste Auto em que assinaram, E eu Manoel José Ramos, escrivão da Camara que o escreví, Francisco Gonçalves dos Banhos, João Baptista da Costa, Antonio da Costa Amorim, Faustino José Santa Anna, Antonio Leite de Alvarenga. (Seguiram-se mais de 58 assinaturas).

⁵ Publicada no livro “As Câmaras Municipais e a Independência”, vol.1, pg. 178, 1973 (NOTA DO ORGANIZADOR).

Auto de Aclamação e levantamento⁶

Ano do nascimento de N. S. Jesus de 1822 aos 12 dias do mês X do dito ano, nesta Vila da N. Almeida da Prov. Do Espirito Santo nos Paços do Conselho e casas da Camara; onde se achavam reunidos o Juiz Presidente Francisco Gonçalves dos Banhos, Vereadores João Baptista da Costa, Antonio da Costa Amorim, Faustino José Santa Anna e o Procurador do Conselho Antonio Leite de Alvarenga comigo escrivão do seu cargo abaixo declarado, e mais pessoas da nobreza, Clero, e Povo desta Vila e no termo abaixo assinados, unanimemente, por todos foi aclamado por Primeiro Imperador Constitucional do Brasil o Senhor D. Pedro, hoje Princepe Regente Protetor e Defensor Perpetuo dêste vasto Império, que o Mesmo Senhor prestaria previamente juramento solene de jurar, guardar, manter, defender, a Constituição Política, que fizer a Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa deste novo Império do Brasil, cujo ato se fez com toda solenidade a ele devida, e com todas as circunstâncias costumadas, levantando todos a vos, gritando os vivas seguintes: Viva a nossa Santa Religião, Viva a Inpendência do Brasil, Viva a Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Brasil, Viva o Imperador Constitucional do Brasil o Snr. D. Pedro I, Viva a Imperatriz do Brasil e a Dinastia de Bragança Imperante no Brasil, Viva o Povo Constitucional do Brasil, o que foi uma e muitas vêzes repetido, e aplaudido com salvas, e ao depois saindo todos pelas ruas públicas, da mesma Vila dando vivas acima declarados êstes eram repetidos com acenos de lenços e repetidos salvas no que mostraram o grande contentamento e alegria que tiveram, recolhida a Camara e o Povo nos Paços do Conselho, onde Reverendo Vigário

⁶ Publicada no livro “As Câmaras Municipais e a Independência”, vol.1, pg. 180, 1973 (NOTA DO ORGANIZADOR).

desta Vila, e freguezis foram recitados três sônnetos com suas rimas, e pelo Minorista Manoel José Ramos outros repetidos vivas ao Senhor D. Pedro I, imperador Constitucional do Brasil, ao depois do que o Reverendo Vigário Joaquim Gomes de Jesus encaminhando-se à igreja Matriz, Presidente e mais oficiais da Camara, Nôbreza e mais Povo celebrou missa solene cantada, e no fim Te Deum com o Santissimo Sacramento exposto, ao depois do que fez uma oração análoga ao mesmo assunto com muito aplauso de todos os circunstantes havendo-se iluminado na noite antecedente a êste ato todo o Povo desta Vila, e entusiasmados a continuar por mais noites; do que para constar mandaram fazer êste auto em que assinaram. E eu Manoel José Ramos, Escrivão da Camara que o escreví – Francisco Gonçalves dos Banhos, João Baptista da Costa, Antônio da Costa Amorim, Fasutino José de Santa Anna, Antonio Leite de Alvarenga, Manoel José Ramos, Escrivão da Camara (Seguiram-se mais de 61 assinaturas).

REMINISCENCIAS^{1, 2}

Entre os deputados que faziam parte da 7ª, 8ª, 10ª e 13ª legislaturas da Assembléa Legislativa Provincial — instalada a 1º de Março de 1848, 25 de Julho de 1850, 25 de Maio de 1854 e 23 de Maio de 1860 — encontrava-se o farmaceutico Manoel Goulart de Souza.

Em época anterior à Independência do Brasil, talvez, para êste rincão do Espírito Santo, veio residir o referido farmaceutico — cidadão muito culto, humanitário e popular sempre grandemente estimado no seio da sociedade vitoriense.

Há mais de meio século, era essa a linguagem de que usavam com referência a ele os filhos de seus amigos e os das pessoas que, aqui, o conheceram.

A farmacia de sua propriedade era situada na antiga rua da Praia (hoje Jeronymo Monteiro) junto à ex-farmacia Aguirre.

Êste predio, atualmente, sob o nº 199, por herança sem dúvida, pertenceu a um de seus filhos que o vendeu quando se transferiu para a Capital do país — no fim do século passado ou no começo dêste.

No “Correio da Vitória” de 22 de Janeiro de 1859, lê-se:

Ao assistente do ajudante-general do Exercito, declarando que nesta data se expediu a necessaria ordem à thesouraria da fazenda, afim de que tenha lugar o pagamento da quantia reis 120\$520 importancia dos medicamentos, que no mez p.p. forneceu à enfermaria militar o farmaceutico Manoel Goulart de Souza.

¹ Trabalho escrito pela distinta Professora D. Ormindia Escobar Gomes (Alcina Mary) e oferecido ao ex-presidente do Instituto Historico Dr. Américo Ribeiro Coelho 14- Janeiro-1949

² O presente trabalho foi publicado em 1951, com o título de Padre Ovídio José Goulart de Souza, primeiro capítulo do livro “Reminiscências”, da autora (NOTA DO ORGANIZADOR).

Essa local comprova a sua profissão e permanência em nossa terra.

Gozava ele de prestígio a julgar pelo seu mandato de deputado nas várias legislaturas referidas.

Era pai extremoso.

Os continuadores imediatos de suas tradições — Ovidio, José e Manoel — aqui nasceram e atuaram honrando, sempre, o nome de seu progenitor. Pouco poderemos dizer sôbre eles; mas o suficiente para recordar sua proveitosa passagem em nossa sociedade.

O Dr. Manoel Goulart de Souza, filho mais moço do farmacêutico Goulart, era alto, robusto, moreno, de cabelos pretos e lisos.

Sempre sisudo; mas, distinto.

Formado em medicina, exercia com proficiência e desvelo a nobre profissão que abraçou; era também lente de inglês no Ateneu Provincial — onde em cada aluno contava um amigo, pois fazia-se estimar.

Residia com sua família, à rua 7 de Setembro (ant. da Varzea) na casa que hoje tem o número 254, a qual conserva a arquitetura de outr'ora.

Ao lado esquerdo da entrada via-se um terraço e, junto, um jardim que se estendia além da esquina da travessa Bazilio Daemon — aberta, há poucos anos, para comunicar as ruas 7 de Setembro e Graciano Neves. Essa, há alguns lustros, desce da antiga chacara “Piedade” — correndo paralelamente àquela, sôbre terrenos em bôa hora saneados — constituindo-se uma das melhores ruas da Capital.

Era um lindíssimo jardim o da chacara do Dr. Goulart, anteriormente propriedade do Dr. Cezar de Rainville, Inspetor Geral dos Telégrafos da Província.

A chacara era cuidada com esmero, com especial carinho pelo seu jardineiro Sophiali Francesco que, mais tarde, se fez negociante — alto da ladeira da Várzea (hoje, Prof. Baltazar) esquina da rua primitivamente Santa Luzia, depois rua Grande e, por último, José Marcelino.

No salão nobre da casa do Dr. Goulart, decorado com arte, tocava-se piano, cantava-se e dansava-se com frequência. As Snras. Dr. Goulart e José Goulart mantinham com discrição e apuro a alegria no seletto ambiente em que se reuniam ilustres famílias de nossa capital.

As Snrtas. Adelia e Ottilia, tempos depois Snras. Antonio Nascimento e Amalio Grijó — exibiam-se ao piano — ora, a quatro mãos, ora, cada uma de per si. Exibiam-se, igualmente, outras Snras. e Snrtas. — amadoras e pianistas.

A Snra. Dr. Goulart, era elegante, bonita e distintíssima; a Snra. José Goulart, era a delicadeza personificada.

Sôbre modas e assuntos interessantes, conversavam as Snras.; as Snrtas. e os rapazes dansavam, cantavam ou declamavam — ao som da classica “Dalila”, em surdina.

Realizavam-se festas semelhantes em outras residências dentre as quais as do Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, Cleto Nunes (depois Senador), Lima Escobar, José Antonio de Souza Pacheco, Cel. Ferreira Dias e outras. Também divertia-se muito nos Clubes — Comercial, Goyanos, Atletico, etc.

O travesso e inteligente Bembem — depois Dr. Daciano Goulart, distinto medico residente na Capital Federal — era o encanto de D. Porcina e do Dr. Goulart que, felizes, viram nele realizadas as suas mais gratas esperanças — sendo, assim, o lidimo herdeiro de suas tradições.

A linda Mocinha (Anathildes) era uma flôr em botão; porém já constituia uma radiosa promessa. Meiga e delicada foi sempre o ídolo de seus irmãos; de seus parentes; de suas amiguinhas; e de suas colegas, quando estudante.

Era sobrinha de D. Porcina; muitos anos depois, tornou-se Snra. Dr. Leopoldo Cunha Filho.

A jovem Adelia, mimosa planta transportada do Rio para Vitória, não extranhou o ambiente; na residencia de seu padrinho,

Dr. Goulart, ela sorria sempre e expandia-se graciosamente — conquistando sem o pensar, talvez, inumeras amigas e admiradores. Também a jovem Xandóca (Otilia) — por sua beleza e argúcia, admirada por quantos a conheciam — era o enlevo da doce mansão do bonissimo Snr. José Goulart e de D. Fausta que, ali, representava um anjo de bondade.

Em casa do Dr. Goulart, reuniam-se diariamente seus amigos e admiradores, colegas e correligionários.

Trocavam idéas os jornalistas — Aristides Freire, Candido Costa, Ubaldo Rodrigues, Maximino Maia, Cleto Nunes; os músicos — João Pedro, Pedro Lyrio, Amalio Grijó, Jacintho Escobar com a vivacidade e subtileza de espírito que lhe eram peculiares; sempre chistosos e insinuantes — Josino Azevedo, Aprigio de Jesus, Christiano Augusto; sôbre assuntos diversos, politica local ou nacional — Drs. Estevam de Siqueira, Domingos Barroso, Cerqueira Lima, Paula Freitas; farmaceuticos João Aguirre, Ignacio Pessôa; Cel. Eugenio Netto, Godofredo da Silveira, Aleixo Netto, Ovidio Santos, Antonio Nascimento, Cel. Antonio Aleixo que, com a sua excelente e invejavel memoria, lembrava importantes fatos de nossa historia regional.

Era edificante esta convivência social; e os hábitos ou costumes, neste tempo, poderiam considerar-se uma demonstração perene de civilização e arte.

As pessôas que ali se reuniam, formavam como que os elos de uma cadeia de simpatia e cordialidade.

Na qualidade de medico, o Dr. Goulart muitos serviços prestou quer na Capital, quer em várias localidades de nosso território.

No “Correio da Victoria” de 04 de Julho de 1877, lê-se:

Apparecendo a variola approvou medidas lembradas pelo Commissario vaccinador. O Inspector de saude, Dr. Manoel Goulart de Souza ainda

uma vez deu prova de sua philantropia offerecendo espontanea e gratuitamente sua chacara na ilha de Sta. Maria para nella serem tratados os indigentes accometidos de tão cruel molestia.

Assim, o Dr. Goulart de Souza, zelava pela Saúde Pública de que era digno Inspector e cumpria fielmente seus deveres — quer profissionais, quer humanitários.

Faleceu em 1914.

Foi sentidissima a sua morte; não só por sua illustre Família, como, ainda, pelos seus conterraneos que, sinceramente, o estimavam pelas excelsas qualidades de que era portador.

O segundo filho do farmaceutico Goulart, o Snr. José Goulart de Souza, era moreno-claro, de cabelos escuros e ondulados, forte e de altura regular.

Muito alegre e espirituoso. Uma alma cheia de sentimentos nobres; um coração sincero e afetuoso. Suas tendencias foram sempre voltadas para o comercio.

Foi proprietário do “Hotel Goulart” posteriormente “Hotel d’Europe”, à rua Conde d’Eu (atualmente Jeronymo Monteiro) esquina da ladeira da Matriz (hoje, Cerqueira Lima).

Quando deixou este ponto, passando o hotel para MR. Jean Jacques Boudoussier, inaugurou outro, em um edificio que se localizava, mais ou menos, onde fica, hoje, um depósito de pães, à Avenida Capichaba nº 10, esquina da rua Marcelino Duarte.

Por ocasião das festas de N. S. da Penha, transportava-se para Vila Velha e improvisava um hotel para onde afluíam romeiros de Campos, de S. João da Barra, etc. os quais especialmente, vinham prestar homenagem à Virgem Santíssima em navios fretados para este fim.

Egualmente, para ali iam, com antecedência ou não — devotos desta linda ilha, dos arrabaldes e do interior — os quais se transportavam não só em embarcações de todo o genero, como em peque-

nos vapores de que era proprietário o prestante capichaba Urbano Batalha Ribeiro.

Êstes vapores, nestes tempos tão recuados faziam, diariamente, o transporte dos moradores desta capital para a poetica e tradicional Vila Velha e vice-versa. Estas viagens eram ótimas.

No hotel do Snr. José Goulart reinava a maior animação — pois era ele muito caprichoso em seu ramo de negócios e, em extremo amável.

Residiu ele largos anos na rua 7 de Setembro, quasi em frente à casa de seu irmão, Dr. Manoel Goulart de Souza — no local em que foi construído o predio sob o nº 245.

Exerceu, por algum tempo, o cargo de Comandante da Policia Militar.

Nos últimos tempos, deixando o cargo, fez-se negociante de fazendas na rua da Praia, esquina da travessa Luiz Antonio (segundo algumas pessoas) sendo mais razoável que fosse na casa que pertenceu a seu pai e na qual tinha ele a farmacia, como acima dissemos.

Mais tarde, o Snr. José Goulart enfermou gravemente — falecendo pouco depois, em 1886.

Quanto sentimento causou sua morte!

Quanta saudade!

Era um amigo dedicado e um bom cidadão.

Chamava-se Ovidio o filho mais velho do farmaceutico Manoel Goulart de Souza.

Sem dúvida era o farmaceutico um grande admirador do celebre poeta latino — Ovidio; e, por isto, quiz batisar seu primogenito com este nome. Ou, assim, foi ele batisado para recordar algum de seus antepassados, como era de uso outr'ora? Qualquer que fôsse o motivo, foi êste o nome escolhido.

O Pe. Manoel da Nobrega, Provincial dos Jesuitas, em viagem para o sul do Brasil, em 1553, aqui encontrou funcionando um Seminario para meninos presidido pelo Pe. Affonso Braz (B. Daemon).

Também em 1562, o Pe. Braz Lourenço ensinava latim, português e doutrina em uma casa à rua do Egito (hoje, Francisco Araújo) a qual servia de Seminário. (Idem).

Porém, só em 1771, por Provisão Régia, em virtude de uma reclamação dos habitantes desta, então vila, foi creada uma cadeira de Gramatica Latina — sendo nomeado o respectivo lente que logo tomou posse de seu cargo (Idem).

Mais tarde, essa disciplina não só foi ensinada em Vitória como em outras localidades da Capitania — São Mateus, Serra, Guaraparí, etc.

Em uma estatística feita pelos padres da Companhia de Jesus, em 1750, foi orçado em 40.000 o número de selvícolas doutrinados e em paz com os povoadores — tornando-se vulgar ou comum, principalmente nesta então Vila Nova, falar-se o tupy ou uma variante desta lingua. Isto, porém, deu lugar a que, em 1795, por Ordem da Camara Municipal fôsse proibido o seu uso — sendo os infratores ameaçados de prisão.

Mais razoavel seria que o tupy fôsse falado e estudado como o português e o latim. Era a lingua dos primitivos habitantes desta terra.

Os padres José de Anchieta e Aspilcoeta Navarro escreveram gramática e dicionário da lingua tupy; portanto, correto ou simplesmente pratico seria fácil e util o seu conhecimento.

No século passado, como ainda hoje, no Paraguai, além do castelhano, falava-se o guaraní.

Si esta fôsse a orientação tomada, cedo teriamos a paz definitiva com os aborigenes e, assim, de há muito, estariam eles integrados em nossa civilização.

Quantos milhões?!

Si em vez de perseguidos, de escravizados, fossem tratados de forma a viverem confiantes, veriamos neles creaturas simples e úteis, teriamos neles verdadeiros amigos. Mais particularmente no norte e nordeste do país sempre tivemos representantes da raça

indígena — embora, em alguns, um tanto caldeada. Muitos destes representantes chegaram à notabilidade; outros, mostraram-se ou se mostram dignos sob todos os aspectos.

Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco — estão na vanguarda porquanto inúmeros de seus filhos se têm distinguido no meio social em que desenvolveram suas atividades.

Sóbrio e bravo na luta é o jagunço; resistente e perseverante, no trabalho é o cearense; forte e destemido, na conquista é o alagoano... o potiguar... o pernambucano. Nos serviços rudes, nas empresas difíceis, manifesta-se sempre o vigor da raça, de norte a sul, de leste a oeste — raça que deveria gosar em comum com os alienígenas os benefícios da natureza; bem como o acolhimento sincero, carinhoso da sociedade. São bons, tratáveis, fiéis quando bem dirigidos.

Os padres Affonso Braz, Luiz da Gran, Anchieta e muitos outros souberam catequisá-los e chamá-los à civilização, bem como, o altruísta mato-grossense General Candido Mariano da Silva Rondon.

Aqui, no Espírito Santo, desta raça tivemos o valoroso Pirá-Obyg, em Guaraparí; o heroico Araryboia, em Santa Cruz; e, no Rio Doce, Guido Pokrane que chegou a ser “soldado da 2ª Companhia de Montanha e Diretor da aldeia da Manhuassú, no Coyeté. Homem enérgico, não só os seus como os índios de outras tribos lhe obedeciam.” Tivemos também em Regencia Augusta, Bernardo José dos Santos ou, antes, o caboclo Bernardo que a 07 de setembro de 1887 salvou a nata da Marinha Brasileira (120 pessoas) por ocasião do naufrágio do Imperial Marinheiro — nos bancos de areia formados pela força irresistível das águas do magnífico Rio Doce que as impelem e as do magestoso Atlântico que as repelem — influindo também, poderosamente, para isto os fortes ventos que ali sopram constantes.

Com os padres da Companhia ou melhor, com os sacerdotes, mais ou menos conviviam ou se relacionavam estreitamente, os homens de incontestável alcance intelectual; bem como os jovens que

tinham grande sede de saber; e, talvez, porque predominava a classe sacerdotal, estudavam muito o latim. Assim, insensivelmente, foi assegurado o prestígio do clero, formando-se, naturalmente, pela influência do meio, o ambiente das vocações sacerdotais.

Apezar disto, talvez por motivo de ordem social ou por quaisquer motivos de relativa importância, alguns moços seguiram rumos ou carreiras diversas.

Tais foram:

— Manoel Ferreira das Neves — abalizado professor e jornalista de longo descortino, que, mais tarde, transferindo-se para a Côte (devido a lutas políticas aqui travadas) fundou dois collegios de renome. Em um deles estudou, como aluno interno, nosso preclaro conterraneo Dr. Affonso Claudio de Freitas Rosa.

— Miguel Thomaz Pessôa, inteligência privilegiada, memória prodigiosa (segundo a tradição) que formou-se em ciências jurídicas e sociais. Era jornalista e escritor notável. Faleceu muito moço, em Santa Catarina.

— José Gonçalves Fraga — poeta e tradutor da *Enêida* de Virgílio.

— Antonio Claudio Soido — era um dos mais distintos vultos desta terra. Oficial da Marinha, combateu no Paraguai recebendo medalhas e condecorações por atos de bravura. Esteve com o Barão do Rio Branco no Rio da Prata, em comissão. Exerceu comissões no norte; e na Bolívia, como chefe, na questão de limites. Conhecia a Europa e vários países de outros continentes. Foi promovido a Chefe da Esquadra em 1882, reformando-se neste posto. Dispunha de grande cultura. Era poeta primoroso e traduziu “O Corsario” de Lord Byron. Faleceu em 1889.

— João Fortunato Ramos — mentalidade superior — Deputado às Cortes de Lisboa e lente da Universidade de Coimbra;

— Manoel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio — gloria da “magistratura vitalicia” (Godofredo da Silveira);

— Ignacio dos Santos Pinto — espírito de eleição — poliglota — segundo B. Daemon; Filologo – segundo Affonso Cláudio.

Além destes expoentes máximos de nossa cultura, contavam-se:

— José Marcelino Pereira de Vasconcellos — advogado, jornalista, escritor de grande reputação; distinguindo-se em história, literatura e jurisprudência; membro correspondente de sociedade científicas e autor da conceituada obra “Jardim Poético”;

— Braz da Costa Rubim — infatigável investigador — literato, publicou diversos trabalhos históricos e cronológicos;

— Joaquim Coutinho de Araujo Malta “pelo seu talento, foi figura de realce na Academia da São Paulo”;

— Manoel da Silva Borges — “Era um poeta mimoso, espontâneo, um pintor da natureza no que ela tem de mais impressionantes; e da vida no que ela tem de mais íntimo, singelo e gracioso”. (Affonso Cláudio na História da Literatura Espírito-Santense.) Era extraordinário nos improvisos.

Nos XVIII e XIX séculos, em nosso rincão, havia apreciável número de sacerdotes — quasi todos de notavel cultura — poetas, oradores sacros, parlamentares e escritores. Ocuparam, sem prejuizo de seu ministério, os cargos de — Presidente do Govêrno da Junta Provisória e membro da referida Junta (1822) — o Pe. José Nunes da Silva Pires; Senador — o Pe. Francisco dos Santos Pinto; Deputados à Assembléa Geral — Pe. Dr. João Climaco de Alvarenga Rangel, Pe. Dr. Ignacio Rodrigues Bermude, Pe. Marcellino Pinto Ribeiro Duarte, Pe. Manoel de Freitas Magalhães; Deputados Provinciais — Pes. Ignacio Felix de Alvarenga Salles, Manoel Antonio dos Santos Ribeiro, Francisco Antunes de Siqueira, João Luiz da Fraga Loureiro, Misesclau Ferreira Lopes Wanzeller, Francisco Ferreira de Quadros e muitos outros.

Nesta galeria, brilharam como astros de primeira grandeza — o Pe. Dr. João Climaco, Marcellino Duarte, Dr. Ignacio Bermude e Freitas Magalhães.

Foram também personalidades de grande projeção.

— Pe. Manoel Pinto Ribeiro — humanista, lente de filosofia — distinto entre os mais destacados intelectuais de seu tempo;

— Frei João Nepomuceno Valladares — pregador imperial, orador sagrado de renome;

— Pe. Ignacio Felix de Alvarenga Salles — lente de latim, disciplina em que era versadíssimo, pregador ilustre;

— Francisco Martins de Castro — memoria assombrosa, muito instruído, poeta e orador de fama;

— Mathias Pinheiro Furtado — talentoso, possuidor de grandes recursos oratórios;

— Manoel Antonio dos Santos Ribeiro — inteligência robusta, advogado de nomeada;

— João Luiz da Fraga Loureiro — talento másculo, escritor fluente, orador afamado, poeta repentista;

— Francisco Antunes de Siqueira — catedrático no Ateneu Provincial e na Escola Normal, orador de recursos superiores em que empolgava sempre o auditório, poeta repentista;

— José Gomes de Azambuja Meirelles — catedrático no Ateneu Provincial e na Escola Normal. Em um concurso de Filosofia efetuado na Côrte obteve o 2º lugar apesar de haverem concorrido ao mesmo certame grandes notabilidades.

Pe. Luiz Antonio Escobar Araújo e vários outros. O Cônego Escobar era capichaba como os outros acima nomeados, sacerdotes ou não.

Sempre foi estimadíssimo em sua freguezia onde prestaram-lhe mais de uma homenagem.

Nas fotografias em ponto grande em que os seus paroquianos promovendo-lhe uma manifestação fizeram distribuir, lia-se:

Vigário Luiz Antonio Escobar Araujo.
Cavaleiro da Imp. Ordem de Nosso Senhor Jesus
Cristo, Professor de latim por carta da Inspecto-

ria Geral da Instrução Publica, Vigário Collado na Freguezia de São Christóvão da Côrte, Provedor honorario perpetuo da Irmandade do S.S. da mesma Freguezia. Offerecido em 11 de Julho de 1877, 19º aniversário de sua posse parochial pela mesa administrativa da Irmandade do Santissimo Sacramento da Freguezia de São Christóvão”

Também na parede lateral direita da sacristia da Matriz de S. Cristóvão lê-se no marmore os termos de outra expressiva homenagem de seus paroquianos. Uma rua que começa no Campo de São Cristóvão e termina na rua dêste nome — primeira em que ali residiu o Cônego Escobar — teve este nome e o conserva, ainda, no tempo atual. Era orador eloquente, sendo solicitado para pregar não só na Arquidiocese do Rio de Janeiro como em festividades solenes de Minas e São Paulo.

Na época a que nos referimos, XVIII e XIX séculos, era um grande prazer aos pais, descobrirem em seus filhos tendências para a vida eclesiástica.

O Snr. e a Snra. Wanzeller tiveram a suprema dita de ver ordenarem-se quatro filhos. Um deles, o Pe. Luiz. — segundo alguns, foi vigario da parouquia de N. S. da Conceição de Viana, segundo outros, faleceu pouco depois de ser ordenado.

Seus irmãos, Pes. José, João e Miscelau Ferreria Lopes Wanzeller foram, respectivamente, vigarios das freguezias de São José do Queimado, São João de Cariacica e N. S. da Vitória, aqui, na Capital.

Antes de proclamação da República, funcionava oficialmente, no País, a religião católica, apostólica, romana. O povo era fundamentalmente religioso, notadamente em nossa terra, e a elite primava em comparecer ao culto público, comungando com ele e seguindo, respeitosamente, a crença de seus antepassados.

A classe sacerdotal, geralmente simpatizada, suscitava a admiração por sua excepcional cultura.

Por isto, era comum aos jovens ingressarem de preferência na classe que era representada pelo clero.

Realmente, como ficou dito, tivemos inúmeros padres que muito honraram seu ministério.

Era natural, portanto, que os jovens estudantes se inclinassem para a vida clerical como o inteligente Ovidio José Goulart de Souza com a plena aprovação de seus pais, e com imensa satisfação de seus amigos e conhecidos.

Ordenou-se realizando, assim, seu ideal.

As pessoas que o conheceram de perto, diziam que ele foi sempre muito alegre, de uma alegria comunicativa; e seu sistema de analisar as coisas, não sofreu modificações, apesar das responsabilidades decorrentes de sua carreira. Escrevia versos ou, antes, improvisava-os; era repentista como muitos outros seus contemporâneos. Seu estilo habitual era, ao mesmo tempo, crítico e satírico. E o nosso grande homem de letras Dr. Affonso Claudio citou-o em dois de seus trabalhos:

Na Biblioteca Pública, em uma Coletânea Poética do distinto capichaba Bernardo Horta, existiam poesias do Pe. Ovidio Goulart de Souza, disse informou-nos o Sr. Dr. Américo Coelho.

No índice do V volume da aludida Coletânea Poética, encontramos os títulos de três produções do poeta Pe. Ovidio Goulart.

Intitulava-se a primeira: “Realidade Poética”. Seria uma poesia de alto vôo, vigorosa, condoreira?!

Não podemos afirmar pois nossas pesquisas foram infrutíferas. A segunda, tinha a epígrafe: “A minha Mãe”. A nosso ver, seria ela escrita em linguagem sentimental, cheia de expressões delicadas e carinhosas para sua estremecida mãe, D. Martiniana, tantas vezes lembrada na intimidade de nosso lar por seu irmão, o bondoso Sr. José Goulart.

A terceira (soneto) era intitulada: “Não foi Quadros”. Referia-se ele, sem dúvida, a seu colega Pe. Antonio Ferreira de Quadros. O gênero satírico era o de sua predileção, segundo se dizia.

Seria uma sátira?

Seria uma simples crítica?

Seu espírito fino, revelava-se sempre e, espontaneamente, em suas produções, improvisadas ou não.

Era ele muito querido e respeitado — porquanto tocava, mas não feria. Supomos que não seria um Público Ovidio — na poesia; um Pe. Diogo Feijó — na política; um Romualdo Antonio de Seixas — na teologia, na oratória; um Frei Bartholomeu Lourenço de Gusmão, um Marconi nas invenções; um Newton, um Einstein nas descobertas científicas; mas, de acôrdo com o que diziam as pessoas de sua época, seria — na crítica, na sátira — um Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama.

Era latinista, como a maioria dos intelectuais de seu tempo.

Exerceu o paroquiato em Vila Velha e Carapina.

Em 1856, foi o Pe. Ovidio nomeado provisoriamente professor em Carapina em substituição ao Pe. Antunes de Siqueira, sucedendo-o efetivamente, em 1857, após um concurso, Ayres Loureiro de Albuquerque Tovar.

Morreu moço o Pe. Ovidio Goulart.

Sua família sentiu a irremediável falta de um ente extremosos e bom; nossa terra, lamentou o desaparecimento de um filho distinto; e o clero perdeu o concurso de um irmão de crença, de um batalhador em prol da causa da religião.

Orminda Escobar Gomes
(Alcina Mary)

SEMANA COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DE
JOAQUIM NABUCO.
DISCURSO DO BACHARELANDO ANTENOR DE CARVALHO¹.

Joaquim Nabuco — Estudante

Na majestade desse vulto do passado, cujo nome é Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araujo; na poderosa força motriz de suas grandes azas do espírito, que escreveram vôos tão altos na história político social do Brasil com reverberos para o mundo; na austera dignidade de sua figura centenária, hão de encontrar, aquêles que observam o seu traçado retilíneo e a extranha trajetória de seu pensamento, o consôlo de verificarem que a sua alma, filha do infinito, irmã do universo, gêmea da humanidade, nos estuda a todos nós que nos dedicamos a pregar as suas virtudes e as suas idéias, substituindo, ela só — a certeza de sua presença espiritual — os vazios deixados pela deserção dos ouvintes.

E eu venho falar-vos sobre Nabuco estudante e pensador tendo tido tanto que estudar e pensar, para agora juntos, estudarmos e pensarmos.

Voluntário de uma campanha sem glórias, conhecendo os reveses e antevendo os alcouces que a sociedade hodierna reservara para as coisas do espírito, sinto-me, contudo, tão identificado com essa idéia ressurgir os mortos, que já não me assombam as sepulturas que se abrem nem a grita profana que circunda os santuários na hora da exumação.

E eis que o espectro se levanta. Joaquim Nabuco ergueu-se de dentro da tumba. Mas o aspecto do grande revoltado não tem mais as audácias coléricas do estudante que defendera o preto do Recife

¹ Discurso de Antenor de Carvalho no dia 14 de Agosto de 1949 comemorativo do Centenario de Joaquim Nabuco, no salão de festa do Ginásio Est. do Esp. Santo em nome da “Casa do Estudante Capichaba”.

perante o juri colendo. Nabuco está vivendo conosco o instante em que somos a minoria.

Não mais Castro Alves, Ruy Barbosa, Ferreira de Menezes, Rodrigues Alves e Afonso Pena, seus companheiros da Academia gloriosa, seus confrades na gloria imortal que lhes tributou o Brasil-espírito, o Brasil-inteligência, o Brasil-poesia e o Brasil-sabedoria de outras eras que se foram.

Não mais a mocidade estuante de entusiasmo e de arrojos sa-dios. Não mais o povo feito juiz, o povo feito catedra, o povo feito academia, o povo feito pedestal, o povo feito gloria.

Apenas um Brasil faminto e semi-analfabeto. Apenas uma ju-ventude esquiva e improdutiva. Apenas um povo estulto e sem des-tino, inerme e sem vigor, pacífico e sem amor-próprio, beócio e sem entusiasmo.

E a voz terrível que amaldiçoou todas as escravidões e que de-satou muitos elos daqueles que prendiam os nossos escravos, ergue-se ainda uma vez aguilhoando essa escravatura de nova espécie que nos punge a alma de brasileiros: a escravatura dos preconceitos, dos comodismos, dos vícios e dos interesses particulares.

Ninguém. Nem nós mesmos logramos escutá-la, porque a voz de Joaquim Nabuco é feita de espírito e nós temos 100% de nosso pêso representado pela matéria que nos dá forma e feição, que nos alimenta e nos anima, mas que nos insulta ao ponto de nos qualifi-car de animais.

Vivemos num planeta que já está se tornando árido. Moramos debaixo de um sol quente de mais que vai incinerando os cérebros aos poucos. Habitamos, coletivamente ainda, uma terra que se está preparando para constituir-se em território proibido para movi-mentos de conjunto. Noutras palavras, vegetamos dentro do cená-rio das futuras guerras, não de nações mas de indivíduos, já que o homem do futuro será inimigo do outro homem que estiver á sua

frente, já que a humanidade do porvir adotará o princípio da força em benefício da subsistência, dentro de um orbe de lama com lamaçais pequenos demais para a multidão de patinadores.

E nem encontramos como Joaquim Nabuco essa facilidade com que alguém consegue plasmar o espírito de alguém, mesmo sendo o pai desse alguém. Quem dirá hoje como ontem o disse Nabuco: “No colégio, foi lançada, no subsolo da minha razão, a camada que lhe serviu de alicerce: o fundo hereditário de meu pai”?

Quem poderá, como Nabuco, aos 15 anos, projetar-se da infância para o mundo do social e para as esferas políticas, com a certeza do nosso homenageado, sem que a prematuridade, o complexo dos problemas, as lutas atuais, a majestade do império, lograssem sequer comovê-lo de um leve temor sequer?

Quem ousaria, hoje com a maior razão, desde que a corrupção religiosa abrangesse extensões inéditas, quem ousaria produzir contra a infabilidade pontifícia o libelo que contra ela assinou aquele menino de 17 anos?

Meus senhores: a mentalidade atual da mocidade traz um segredo que ninguém nem os mestres da Pedagogia, conseguiu decifrar. Se virdes algum moço absorto na leitura, atentai bem que o livro será um romance atrevido ou frívolo, quando não for obsceno e imoral. Quando notardes a criança entregar-se com prazer a uma leitura qualquer, certamente perceberéis que se trata das célebres historietas de quadros em que se derramam os fatos criminosos nem sempre julgados com honestidade, nem sempre punidos com humanidade, mas, sempre e sempre, dotados da qualidade de despertar na consciência infantil as tenebrosas idéias que produzirão a futura mocidade perdida.

Um contraste de Joaquim Nabuco, exemplo para a infância, que, aos 15 anos, lia livros internacionais de ciências, religião, política, direito internacional e filosofia.

Eis os quatro evangelistas daquela mocidade á qual se incorporou precocemente o grande brasileiro: Lamartine, Lamerais, Esquiros e Pelletan. Eis o seu apocalipse: Ashasverus. Eis os seus poetas: Vitor Hugo e Henrique Reine. E eis os outros livros: Todos os livros que pudessem acrescentar ao seu saber uma parcela siquer.

Aos 17 anos costuma-se falar em independencia, em emancipação, para os efeitos de uma nova espécie de alforria, em que os filhos se libertam da escravidão paterna, de acôrdo com a mentalidade desta época.

Joaquim Nabuco, nessa idade, reclamava essas mesmas reivindicações, mas para poder combater em seu jornal da Academia, quem muito bem entendesse, mesmo que fosse o Ministro Zacarias, velho amigo do Senador Nabuco de Araujo, Pai.

“Quero manter a minha independencia de jornalista, a minha emancipação de espirito”.

Aqueles anos de 1863 em diante, não eram anos de paz e de concordia. Reinava a discórdia das idéias, sobre cuja calmaria é possível construir o alicerce das realizações. E, no espirito do estudante Nabuco bailavam, em extranhos movimentos e grotescos esgares, todas as figuras da época. “Posso dizer que não tinha idéia alguma, porque tinha tôdas”, escreveu êle.

Hoje, neste século que mais se parece com a reprodução portinaresca daquele outro, onde crescem demasiadamente vultos de matéria para decrescerem os vultos do espirito, haveria quem pudesse, nas mesmas condições de idade e de possibilidades, afirmar lealmente um feito semelhante?

Eu compreendí do livro de Carolina sobre Nabuco, que êle foi grande desde o linhar da Academia, muito embora ela não m'o dissesse, em nenhuma das páginas. Mas, senhores, pode haver alguém que seja auto-didata, porem não consigo conceber a idéia de que um cidadão possa formar o proprio carater e construir o arcabouço

de uma formação perfeita, sem que forças externas tenha colaborado numa obra de tamanha significação, num mundo como o nosso. As influências são necessárias.

Ainda há poucos dias, na oportunidade que me ofereceu o Serviço Estudantil de Cultura, pude, ao responder uma das perguntas que ele distribuira, referir-me aos exemplos fecundos que a nossa atual mocidade tem recebido da parte de uma desoladora minoria de homens publicos, salientando ainda o sem número de exemplos contrários que são ministrados pela grande massa desses homens á nossa juventude. Acrescente-se a essa consideração a avalanche de publicações perversas e teremos concluído o retrato do que vai pelo mundo que não é nosso mas que nós tomamos de assalto desafiando o criador das cidades.

Tudo isto, senhores, tem produzido a descrença de tantos e a revolta de muitos e a decadência de milhões. Junto á porta que usamos para passar da mocidade á idade adulta, usurpadores e vendilhões da honra, da moral, da honradez e da liberdade públicas estabeleceram-se com o comércio do imediatismo, da imoralidade, da desonestidade e da escravatura publicas. O mesmo se deu á porta da infancia para a mocidade.

Combater esses males é tarefa ingrata e sobre-humana porque êles já lançaram raízes tão profunda que seria necessário extirpar gerações para conseguí-lo em parte. A questão está hoje reduzida a simples distribuição de paliativos, porque nem os antídotos são ainda conhecidos para tão grande enfermidade mundial.

Nabuco tinha sido mais feliz. Renan influiu em sua formação literária, o Senador Nabuco em sua formação política, Bagehot, atravez da sua “Constituição Ingleza”, na fixação de seus ideias monarchicos e os colegas de Academia — brilhante mocidade igual a Rui e Castro Alves — concluíram o trabalho diuturno daquelas leituras e diretas influências.

Se o ideal político de Nabuco não se destinou a outra conduta, deve-o a ter tido a seu pai como oráculo: “O que êle dissesse ou pensasse, era um dogma para mim”, escreveu. Afastando assim a interferência de outras mentalidades na tenra idade em que o cérebro é mais receptáculo que transmissor, não poderia aquela criança contaminar-se dos exemplos da má política que constituía a parte pôdre do Império.

Se o ideal literário de Nabuco não se destinou a outra conduta, deve-o a ter tido como orientadores primários os grandes nomes e os grandes livros, que lhe sobrassem tempo e oportunidade para dedicar-se à consulta dos maquiáveis da idéia.

Seu monarquismo foi puro: “Por termos aceitado francamente a forma monarquica, temos o direito de falar á coroa sem pretensão alguma”, escreveu, explicando suas críticas aos atos do Imperador. E condena como “esteril” o reinado de Pedro II de que foi êle mesmo um dos baluartes, por não se resolver imediatamente a decretar a abolição dos escravos.

E a grande parcela de responsabilidade que tiveram os companheiros do novel acadêmico, em toda a sua formação? Os discursos de Ruy, a poesia de Castro Alves, cujo porte majestoso e heraldico, ao arrebatrar de entusiasmo as plateias de São Paulo, ficariam gravados imperecivelmente na mente do filho do Senador Nabuco de Araujo.

Aquela criança de 15 anos estava impressionada com a sorte dos seus irmãos escravizados. Em versos rabiscados com impropriedade ás vezes, mas com sinceridade sempre, Joaquim Nabuco estudante denunciou e condenou, à sociedade, ao povo e ao Império, esse “roubo de almas, roubo de irmãos, roubo de liberdade, roubo de famílias, roubo de lares, roubo de cidadãos”.

Aquele moço de 17 anos escrevia tragédias e poemas, pronunciava discursos literários e políticos. Aquele cidadão de 19 anos

defendia no juri de Recife o negro escravo Tomaz, acusando a sociedade em lugar do culpado, condenando os erros sociais que se implantaram nas origens dos crimes daquela vítima da escravidão.

E todas essas atividades trouxeram a marca das influencias da época: a luta pela abolição, as dissidências entre monarquistas e republicanos, as divergencias do credo religioso, o prestígio supremo da intelectualidade, a gloria dos poetas sonhadores, Abraham Lincoln e escravatura norte-americana, a aristocracia das industrias e das fazendas em luta contra os amigos dos escravos, a paterna aprovação do velho Nabuco pelos “feitos e brilhanturas (como dizia em carta) daquela esperança da Nação”.

Um descaminhamento houve: a luta anti-religiosa, que não estava em seu espírito, mas que se implantou nele não se sabe por que caminhos ignorados. “Ao entrar para a Academia”, encontro em “Minha Formação”, levava a minha fé católica ainda virgem; sempre me recordarei do espanto, do desprezo com que ouvi pela primeira vez tratar a Virgem Maria em tom libertino; em pouco tempo, porém, não me restava daquela imagem sinão o pó dourado da saudade”.

E só vinte anos mais tarde, ainda por estradas que não logramos descobrir, Nabuco voltará ao convívio dos crentes na histórica comunhão da catolicidade.

De que grande influencia produzem sôbre as mentalidades jovens o exemplo das maiorias sinão quantitativas pelo menos qualitativas, é forte comprovante essa sua própria confissão, leal e simples como todas as outras em que denuncia o processo de sua formação.

Senhores: Parece que resumí, por não cançar, um bosquejo ligeiro do que fôra a personalidade desse estudante.

Assentado sobre o primeiro marco deste centenário, o vulto de Nabuco sobraçando livros, deve contemplar a nossa mocidade sobraçando revistas e romances. Devo invocar-lhe os pensamentos e

os sentimentos, a coragem e a extraordinária força de vontade, para que aumente no Brasil e no mundo o número de estudantes Nabuco em benefício do nome da Patria e em defesa da paz internacional.

Devo esperar que se possa dizer como Nabuco: “A mocidade pertence ao partido da Liberdade e eles, os mestres, ao do poder; a mocidade tem sede de ciência e eles são poços estagnados da idade média e, como poços, tem éco, mas não têm voz”. Antes, devo manifestar a confiança que possuem os moços do Brasil, na magistratura que se une conosco para reverenciar os vultos do passado, certa de que as águas de quem e além cachoeira, muito embora tenham “espécies diferentes de peixes”, na poética observação de Nabuco, são uma só e a mesma corrente que não pode cindir-se, como as duas idades representam a mesma marcha da existência em etapas diversas.

Porem, fosse essa confiança não somente confiança, mas abandono. Fosse a obra educacional não somente em direção à inteligência mas nos caminhos do caráter. Fosse o objetivo de instrução dos jovens não somente atingir o cérebro mas o coração.

Porque o homem que se procura formar não é somente inteligência nem somente caráter. Ele é ambas estas coisas em proporção indefinida. Os erros do passado estão sendo remediados hoje pela campanha de educação de adultos, mas essa mesma campanha é um grande erro, porque é unilateral. A par da alfabetização dos que não educaram a inteligência deveria haver a formação compulsória dos que não cultivaram o caráter. Porem, para estes, é tarde demais. Imensa minoria tiraria proveito dos bancos escolares da idade adulta, porque estão já calejados pela subserviência aos imperativos de suas paixões e de seus desregramentos, e não haverá um D. Bosco que os possa converter.

Lamentaremos daqui a vinte anos a prostituição da nossa geração? Pronunciaremos como Nabuco, sobre os mestres, a terrível apostrofe: “eles são poços estagnados da idade média”?

Meus senhores: ao tentar aprofundar-me no conhecimento da vida de Nabuco estudante e pensar, eu percebi que se aplicavam aos meus esforços o poema de Tagore:

*“Atraz do meu manto, protegi a lâmpada contra o vento,
e a lâmpada se apagou.
Apertei a flor contra o meu peito, ansioso de carinho,
e a flor se queimou.
Retive a água para que fosse minha
e a fonte secou.
Quis ouvir um som que a minha harpa não alcançava,
e a corda se quebrou”.*

A vida do nosso conterrâneo é lampada, é flor, é fonte, é harpa, porque ilumina, adorna, alimenta, inspira. Mas num limitado espaço de tempo como o que tenho para falar-vos, apaga-se a lâmpada porque a pressa lhe transporta o vento; queima-se a flor e a fonte se evapora, quebram-se as cordas da harpa porque o som é por demais elevado...

Mas não deixei de trazer-vos a idéia geral de sua personalidade de estudante-pensador, porque Nabuco não foi um estudante-decorador, não foi um estudante-aprendiz, não foi um estudante-passivo. Ao mesmo tempo que passava sucessivamente pelo Colegio Pedro II, pela Adademia em São Paulo, pela Faculdade de Direito do Recife, confundia os mestres, impressionava os lentes, estarrecia o Brasil, caminhando na vanguarda dos tratados, alçando o vôo e poisando alem das lições, libertando escravos quando ainda recebia notas de provas parciais, verberando o maior Imperador de todos os tempos quando ainda trajava as vestes escolares.

Não deixei de trazer-vos o seu pensamento ousado, que foi por muitos considerado agitador.

Não deixei de trazer-vos a expressão lírica de seu pendor poético nem a rebeldia libertária de suas idéias universalistas.

Devo terminar. E, para que as palmas sejam para o grande patriótico, eu vos repetirei um de seus pensamentos, que, de certa maneira, vem explicar os desacertos educacionais e os erros da mocidade atual e de todas as épocas.

Aquele de seus pensamentos através do qual eu vos peço que saudeis Joaquim Aurelio Barreto Nabuco de Araujo, está nestas palavras:

“SOMOS GOTAS DO OCEANO, MAS TODOS QUEREMOS TER A CONSCIENCIA DO OCEANO, E NÃO SOMENTE A CONSCIENCIA DA GOTA”.

OORAÇÃO PRONUNCIADA PELO CAPITÃO ABDON
RODRIGUES CAVALCANTI, EM NOME DA POLÍCIA MILITAR
DO ESTADO, NO TÚMULO DO TENENTE CORONEL
HONORÁRIO DO EXÉRCITO JOÃO ANTUNES BARBOSA
BRANDÃO, NO VELHO CEMITÉRIO DA IGREJA DO ROSÁRIO,
DESTA CAPITAL, NO DIA 12 DE JUNHO DE 1949.

Exmo. Sr. Governador do Estado;
Exmas. autoridades civis e militares;
Senhores e senhoras.

Ocorrendo hoje o octogesimo quarto aniversario desse memoravel feito que foi a batalha naval do Riachuelo, onde tanto se cobriu de glorias a esquadra brasileira, sob o comando do bravo almirante Francisco Manoel Barroso da Silva, barão do Amazonas, é com grata satisfação que a Policia Militar deste Estado, aqui representada pelo seu comandante e outros oficiais, se congratula com a valorosa Marinha de guerra nacional, pela passagem desta grande dáta de nossa Historia militar.

Constitúe motivo de muita honra, para todos nós, essa significativa homenagem que a Marinha vem de prestar á memoria do nosso digno patrono, capitão João Antunes Barbosa Brandão, o qual, á frente de um contingente da milicia desta então provincia do Espírito Santo, foi mandado aos campos de luta do Paraguai, onde, com os seus subordinados, teve oportunidade de tomar parte na grande batalha do Riachuelo, cuja dáta aniversaria hoje transcorre, e, ainda, sob o comando de Osorio e Caxias, em varios outros combates, entre eles Tuiuti, Estero Belaco e Itapirú, portando-se em todas as circunstancias como um verdadeiro soldado, o que lhe valeu ser posteriormente agraciado com a Comenda de Cavalheiro da Ordem da Rosa, e bem assim nomeado Tenente Coronel Honorario do Exercito, pelos bons serviços prestados á patria.

O Capitão João Antunes Barbosa Brandão era natural desta cidade de Vitória, tendo aqui nascido aos 02 de fevereiro do ano de 1836. Comandou a Polícia provincial por três vezes e reformou-se nesse cargo a 06 de julho de 1883, vindo a falecer nove anos depois, isto é, a 30 de julho de 1902, nesta mesma cidade, que lhe serviu assim de berço e de tumulo. Partira para a guerra do Paraguai aos 03 de fevereiro de 1865, chefiando os intrepidos soldados capichabas que ali se foram bater e derramar o seu sangue em defesa da patria estremecida, só regressando aos 24 de julho de 1870, depois de terminada a luta. No decorrer da guerra, teve eficiente atuação também como ajudante de ordens do quartel Mestre General do Comando em Chefe, em cujas funções desempenhou os mais assinalados serviços, sendo elogiado na Ordem do dia nº 151, pela coragem e sangue frio com que se portara durante a ação, na cruenta batalha de Tuiuti, travada em território paraguaio aos 24 de maio de 1865.

Por todos estes fatos, que constituem um exemplo digno de ser seguido pelos que exercem a nobilitante porém ardua missão de policiais-militares, como também para que sua memoria seja eternamente cultuada através dos tempos, é que o governo do Estado, em muito boa hora, instituiu patrono de nossa secular Corporação êsse bravo espirito-santense, capitão João Antunes Barbosa Brandão, pelo Decreto nº 7, de 06 de Agosto de 1947, assinado pelo atual governador desta unidade federativa, o Exmo. Sr. Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindemberg.

Á valorosa Marinha de guerra do Brasil, pois, os mais sinceros agradecimentos de nossa Polícia Militar, por êsse gesto nobre e cavalheiresco com que a vem de distinguir, homenageando a memoria deste seu ilustre e grande patrono, cujos restos mortais aqui jazem ha longos anos, aguardando agora a oportunidade de serem trasladados para a capela a ser construida brevemente em nosso quartel, conforme já é cogitação do Comando geral.

Oração pronunciada pelo Capitão Abdon Rodrigues Cavalcanti, em nome da Polícia...

Aos senhores oficiais e ás praças do glorioso Exercito nacional, aqui presentes, tambem a nossa mui sincera gratidão, por haverem colaborando para o maior brilhantismo desta solenidade.

Tenho dito.
Abdon R. Cavalcanti



Foto 5: Homenagem prestada ao Patrono da Polícia Militar do Estado Tenente Coronel Honorário do Exército João Antunes Barbosa Brandão no velho Cemitério da Igreja do Rosário. No primeiro plano, de pé, vê-se da esquerda para a direita o Dr Alvaro Matos, Prefeito Municipal, Dr Nelson Monteiro — Secretário da Fazenda, Comandante Aurélio Linhares — Capitão dos Pórtos, o Governador Carlos Lindemberg, Capitão de Fragata Suzano Guamar — Comandante do Navío Escola “Guanabára, o Almirante Von Heimburg — Chefe da Missão Naval Norte-Americana e o Cel. Darcy Queiróz — Comandante da Policia Militar. No fundo oficiais da Policia e da Marinha de Guerra.



Foto 6: O Sr. Capitão de Fragata Suzano Guamar, Comandante do Navio Escola “Guanabára” deposita uma corôa de flores no túmulo do Tenete Coronel João Antunes Barbosa Brandão na visita feita ao mesmo no velho Cemitério da Igreja do Rosário em 12 de Junho de 1949.

ORAÇÃO PROFERIDA PELO SR. JOÃO ACYR BRANDÃO,
NETO DO CORONEL JOÃO ANTUNES BARBOSA BRANDÃO,
NO VELHO CEMITÉRIO DA IGREJA DO ROSÁRIO AO
AGRADECER AS HOMENAGENS PRESTADAS Á MEMÓRIA
DESSE SEU ANTE-PASSADO NO DIA 12 DE JUNHO DE 1949.

Exmo. Snr. Governador do Estado.

Exmos. Snrs. Secretários de Estado.

Exmos. Snrs. Oficiais da Marinha.

Exmos. Snrs. Oficiais do Exercito.

Exmos. Snrs. Oficiais da Policia.

Exmo. Snr. Prefeito da Capital.

Exmo. Snr. Chefe de Policia.

Demais autoridades presentes.

Minhas Senhoras.

Meus Senhores.

Emocionados e confusos agradecemos esta homenagem de aféto e patriotismo prestada ao nosso avô, João Antunes Barbosa Brandão.

Emocionados, porque vimos neste momento o culto dos nossos antepassados, n'um movimento expontâneo dos responsáveis diréto dos nossos destinos.

Confusos, snrs., porque fomos tirados do sossêgo em que vivemos modestamente para, impulsionados pelas mãos do destino, aparecer aqui em presença de tão dignos representantes do nosso caro Brasil, que são as nossas Forças Armadas.

De fáto, snrs., João Antunes Barbosa Brandão levou para terras estranhas o valôr, a abnegação e patriotismo do soldado brasileiro.

O seu primeiro movimento em defesa do sólo pátrio, deu-o na marinha brasileira. Embarcando no vapor “Diligente”, começou a

sua epopéia de glórias ao lado de Duque de Caxias e Marquez de Herval, como Ajudante de Ordens do Quartel Mestre General do Comando em Chefe.

As forças militares do Espirito Santo, então Provincia, se distinguiram sempre nas batalhas de Estero Belaco e Tuiuti e na celebre batalha do Riachuelo que, ao abordarem o inimigo, se destacaram de modo brilhante.

Agradecendo esta homenagem que nos tóca profundamente, queremos também retribuir, ao lado D'aquelle que amou muito o Espirito Santo e o Brasil, a Marinha de Guerra, tão honrosamente aqui representada.

Na guerra cisplatina corporificaram-se os primeiros feitos gloriosos da Marinha brasileira, onde a nossa gente, ao mando do Almirante Ferreira Lobo, soube vencer a temeridade e a bravura de Guilherme Brown, a serviço de Buenos Aires.

Os combates de fevereiro de 1826, comquanto estivéssemos em superioridade numerica, atestaram que sabiamos vencer, suportando galhardamente as investidas, muito embora sofressemos o desastre do Juncal e o malogro da expedição da Patagonia.

É de assinalar, também, como proesa notavel das armas brasileiras no mar, a passagem do Tonelero, na campanha contra D. Manuel Rosas.

Enfim, a guerra do Paraguay, confirmou os fóros da bravura dos nossos marinheiros, marcando as possibilidades dos seus empreendimentos e assinalando o destemor e o cavalheirismo dos nossos combatentes.

A batalha naval de Riachuelo, julgada por técnicos intransponível, póde figurar no ról dos cometimentos mais gloriosos da historia universal.

A Marinha Brasileira póde orgulhar-se de ter prestado, em todas as fases da nossa vida politica, o melhor do seu esforço, a con-

tribuição mais valiosa á segurança das instituições, garantindo a integridade do nosso patrimonio territorial e fazendo repercutir no estrangeiro o bom nome do Brasil, os seus fóros de intransigente respeitador dos direitos entre as Nações.

Na grandeza épica de nosso passado resplendente na sua majestade, os nossos heróis projetam nos tempos de agora e para o futuro, pelas suas vidas de excelsas virtudes, abundante luz indicando o verdadeiro rumo para servir á Pátria.

Curvemo-nos respeitosos e contritos, diante das suas venerandas memórias.



Foto 7: O Comandante Suzano Guamar, do Navió Escola Guanabá-
ra, fala aos presentes, no velho Cemitério da Igreja do Rosário, ante
o túmulo do Tenente-coronel honorário do Exército João Antunes
Barbosa Brandão, sobre a vida desse grande espirito-santense, por
ocasião da visita que a guarnição daquele navío fez a esta Capital,
em 12 de Junho de 1949.

O CENTENÁRIO DE ARISTIDES FREIRE¹

Como decorreram as comemorações nesta Capital

Revestiram-se de grande significação as diversas solenidades levadas a efeito nesta Capital, no domingo ultimo, em comemoração do centenário do ilustre espírito-santense Prof. Aristides Brasileiro de Barcelos Freire.

Todo o programa organizado, em conjunto, pelos seus antigos alunos e Academia de Letras foi rigorosamente cumprido.

MISSA EM AÇÃO DE GRAÇAS

Às 8 e 30 horas foi celebrada, na Catedral do Bispado, Missa em Ação de Graças, oficiando o Revm^o Cônego Raimundo de Barros que, ao Evangelho, proferiu brilhante alocução sobre a vida e os exemplos do grande educador. O Templo estava repleto vendo-se, entre outros, o Governador Carlos Lindemberg, Secretários de Estado, Presidente do Tribunal de Justiça, Prefeito Municipal, Deputados, Juizes, autoridades civis e militares, grande numero de antigos alunos e Presidentes das Associações culturais da Cidade.

ROMARIA AO TÚMULO DO ILUSTRE PROFESSOR

Após o ato religioso, partiu da porta principal do Templo, em automoveis e onibus, a grande romaria cívica ao túmulo do homenageado no Cemitério de Santo Antonio. Ali, deante do túmulo do

¹ Jornal A Tribuna – Ano XII 20 de Dezembro de 1949 – número 2.456, p. 1 (NOTA DO ORGANIZADOR).

homenageado que estava ricamente ornamentado de flores naturais, falou o Prof. Manoel Lopes Pimenta, em nome dos ex-alunos, que em magnífica e sentida oração exaltou as virtudes e os exemplos do homenageado.

SESSÃO MAGNA NA ESCOLA NORMAL

À noite, às 20 horas, no salão nobre da Escola Normal Pedro II, teve lugar a sessão magna solene da Academia de Letras e do Instituto Histórico. Na mesa da Presidencia viam-se o Governador Lindemberg, Secretários de Estado, Presidente do Tribunal de Justiça, Presidente da Assembleia Legislativa, Presidente do Instituto Histórico, Bispo Diocesano, Prefeito Municipal, Presidente da Câmara, Dezembargadores Danton Bastos e João Manoel, Cel. Anísio Coelho, Presidente da Comissão dos Antigos Alunos, grande número destes e os deputados Fernando Rabello e Placidino Passos.

PRESENTE O DR. MARIO FREIRE

Ao abrir a sessão, o Presidente da Academia, Dr. Eurípedes Valle, nomeou uma comissão para trazer até a mesa o Dr. Mário Freire e sua Exma. Senhora, o que foi feito debaixo de palmas.

ORAÇÕES À MEMÓRIA DE ARISTIDES FREIRE

E depois de mostrar o sentido daquela homenagem e saudar o Dr. Mario Freire e esposa, deu a palavra ao académico Dr. Aurino Quintais, representante da Academia, que em brilhante discurso

exaltou a figura e a obra do pedagogo eminente transcrevendo e declamando trechos e poesias do homenageado. Foram 40 minutos de grande enlevo espiritual. Em seguida foi dada a palavra ao academico Dr. Nelson Almeida que em nome do Instituto Historico discorreu com grande eloquencia e brilho sobre o homenageado salientando-lhe atitudes e exemplos. As palmas que recebeu ao terminar a sua oração disse bem do valor da mesma. Por ultimo pede a palavra o filho do homenageado, Dr. Mario Aristides Freire. Mal contendo a profunda emoção que o dominava, agradeceu todas aquelas homenagens feitas ao seu saudoso Pai, o que fez em palavras repassadas de profunda sinceridade. Foi uma oração tocante que a todos comoveu. Com agradecimentos à assistencia, encerrou o Presidente a sessão.

LEMBRANÇA DO CENTENARIO DE ARISTIDES FREIRE

Aos presentes foi oferecido um retrato do homenageado tendo no verso e em resumo sua biografia, oferta de seus antigos alunos.

O Dr. Mario Freire ofereceu ao Dr. Euripedes Valle, Presidente da Academia, valiosas publicações e originais de seu venerando Pai, para o arquivo da Instituição.

Durante todo o dia de domingo ficou exposta numa vitrina das Casas Pernambucanas um grande retrato do homenageado.

Por se encontrar doente deixou de celebrar a Missa, como desejava o Revmº Padre Aristeu Mattos antigo discipulo do Prof. Aristides Freire.

O Presidente Euripedes Valle, durante todo o dia recebeu inumeros telegramas de intelectuais capixabas do Rio e do interior do Estado solidarisando-se com as homenagens.

Em visita de cortesia estiveram ontem na residencia do venerando Professor Adolfo de Oliveira, em Jucutuquara, os Drs. Euri-

pedes Valle, Mario Freire, Olinto Aguirre e Gastão Rouback, que foram cumprimentá-lo pela passagem de seu natalício. O Prof. Adolfo de Oliveira é o único colega sobrevivente do Prof. Aristides Freire.

Os Professores Heraclito Pereira, Adolfo de Oliveira, Elpidio Pimentel e Celso Bonfim se fiseram representar em todas as solenidades pelo Presidente Euripedes Valle conforme telegramas recebidos por este.

O Presidente da Academia agradeceu pessoalmente à Professora Aurea Adnet, Diretora do “Coro Capixaba”, a sua preciosa colaboração durante a celebração da Missa.

Todos os discursos, artigos da imprensa e noticiário dos jornais sobre as solenidades serão reunidas em livro pela Academia de Letras.

TRAÇOS BIOGRÁFICOS DE ARISTIDES FREIRE¹

A biografia que abaixo publicamos, do renomado professor Aristides Freire, foi lida pelo deputado Fernando Rabelo, líder do Partido Democrata Cristão na Assembléia Legislativa do Estado por ocasião em que o conhecido homem publico espirito-santense apresentou um requerimento pedindo á Casa, constasse em ata a homenagem do Legislativo estadual à memória do nosso grande educador.

“Na tradicional ladeira de S. Bento, desta Cidade, em secular prédio que ainda se vê, nasceu o Professor Aristides Freire, a 18 de dezembro de 1849. Era a chácara do Mulundum, propriedade do pai, também espirito-santense — Francisco Rodrigues de Barcelos Freire. Filiado ao partido conservador, deputado provincial em sucessivas legislaturas; secretario da Camara Municipal; e, em 1851, Administrador das Rendas Provinciais. Barcelos Freire mereceu, em 1851, ser agraciado com a Ordem da Rosa. Secretario do Governo em 1871; e um os primeiros diretores da Caixa Econômica, instalada em 1875, pode Aristides Freire muito cedo aprender com o venerando Progenitor a servir e trabalhar pelo Espírito Santo onde já alquebrado, pouco antes de falecer em 1892, ainda Barcelos Freire assumiu a Promotoria Pública da Capital.

Aristides Freire cursou o primitivo Liceu Provincial, e foi aluno do afamado latinista Inácio dos Santos Pinto. Jamais estudou fora da acanhada Capital provinciana, onde tornou-se afinal um admiravel exemplo de autodidata .

Muito jovem, designado para reger a 2ª cadeira de ensino primário, no bairro da Capixaba, deixou crescer a barba, como apa-

¹ Jornal A Tribuna – Ano XII 20 de Dezembro de 1949 – número 2.456, pg. 3 e 7.

rece nos mais antigos retratos, dizia anos depois, preocupado em não parecer muito creança, entre os temidos alunos, cujas diabruras muito haviam torturado o velho professor a quem substituiu.

Dessa modesta aula de primeiras letras, teve a satisfação de ver alguns alunos, que fez inscrever nos exames de Português, saírem aprovados com relevo. Divulgado êsse fato, foi designado para a cadeira dessa matéria no Colégio N. S. da Penha e no Ateneu Provincial.

Deputado no biênio 1876-1877, a Assembléa provincial o elegeu seu 1º Secretario. Voltou a ser deputado na primeira constituinte, tendo sido um dos signatários da Constituição estadual de 20 de junho de 1891.

Nos últimos anos do Império exerceu as funções de membro do Conselho da Caixa Econômica.

Com Eugênio Wetzell e sob a presidência de Manoel Pinto Neto, participou da primeira diretoria do Banco Espirito-Santense, em 1893. José Cândido de Vasconcelos registrou, em uma biografia de Aristides Freire, o insucesso dessa organização. Havia o Banco adquirido na Europa um moderno navio para servir ao comércio capixaba que não cessava de queixar-se da deficiência de transporte. Ao penetrar no Rio, ignorando a Revolta da Armada, o navio foi apreendido pelos revoltosos, carregado de mercadorias, e transformado em transporte de guerra. Findo o movimento, fez-se mister mover um demorado pleito para o Banco, levado, por isso, à liquidação, receber do governo a indenização do prejuízo.

A Associação Econômica e Auxiliadora do Professorado Primário, iniciativa de outro devotado espirito-santense, Amancio Pereira, teve em Aristides Freire um grande animador para instalá-la.

Participou igualmente da fundação da Sociedade Beneficente Auxiliadora, mantida até hoje, e da qual foi vários anos presidente.

Na “História da Literatura Espírito-Santense”, Afonso Claudio registrou-lhe a atividade em outro setor; o teatro particular. Tendo constituído com alguns amadores a Sociedade Melpomene, viu-se por véses solicitado a escrever ligeiras peças para acudir à sociedade durante as crises que ameaçavam destruí-la.

Assim dominou algumas, pois, não obstante escritas apressadamente, suas peças teatrais representadas no teatrinho da rua José Marcelino, onde depois funcionou a escola da saudosa educadora Professora Eliza Paiva, lograram o êxito que o historiador registrou. Velho Sobrinho registra alguns de seus trabalhos dessa época, no “Dicionário Bibliográfico Brasileiro”.

Colaborador, durante muitos anos, do órgão político o “Espírito-Santense”, Aristides Freire publicou, a partir de 1883 um periódico de sua propriedade. “Redator e proprietário de ‘A Folha da Vitória’, jornal de sua criação — descreve José Candido — não raras véses via, calmamente a devolução de seu jornal, repudiado no interior da Província, onde o elemento escravocrata não tolerava que um órgão conservador, embora dissidente, fosse extremado abolicionista”.

O jornalista, além disso, fomentava a criação, na Capital, de sociedade emancipadora, sempre à frente desse humanitário movimento.

A atitude desassomburada do jornal provocou uma agressão a Adrião Nunes Pereira, um dos seus redatores; e Aristides Freire escapou de idêntica violência porque, para agredi-lo, o elemento assalariado foi buscar um companheiro entre os empregados de um amigo e admirador do jornalista.

Perdurou “A Folha da Vitória” até julho de 1890, tendo prestado eficaz concurso ao primeiro govêrno republicano.

Fundando com Antonio Aguirre e o Barão de Monjardim a “União Republicana Espírito-Santense” nesse ano, Aristides Freire aparece a seguir com Joaquim Lirio e Aguirre como redatores de “O Federalista”, órgão dessa agremiação partidária.

Com o afastamento, logo depois, do Barão de Monjardim, assume Aristides Freire, a 1 de janeiro de 1894, a direção do “Comércio do Espírito Santo”, novo órgão da “União Republicana”. Nesse jornal manteve constante oposição á primeira administração de Moniz Freire. Criticava, entre outras coisas, que, em uma capital desprovida de água, luz e esgotos, fosse erguido, nas condições em que estava sendo construído, um dispendioso teatro de madeira.

Criticando, em setembro de 1896, a estranha acumulação da Curadoria de Orfãos e da Procuradoria da Fazenda na mesma autoridade, o Promotor Público Augusto Braga, que então defendia assim interesses contrários num vultoso inbentário, foi Aristides Freire inopinadamente agredido pelo Promotor, na esquina do atual Colégio S. Vicente. Muito nervoso, não soube o agressor manejar na ocasião o revolver antiquado de que se utilizou.

Após esse incidente, desgostoso, Aristides Freire abandonou a política e o jornalismo.

No artigo com o qual ele e Antonio Aguirre despedem-se, ao deixarem o “Comercio”, em 12 de novembro de 1896, escreveram: “Um dia se nos apontará como exemplos raros de que nem todos os politicos foram ambiciosos neste Estado”. É que a “União Republicana”, tendo em seu diretório um republicano impoluto como Aguirre, e chefes prestigiosos como Bernardo Horta, Raulino de Oliveira e outros, no intuito de pacificar a política do Espírito Santo, um elemento do próprio partido dominante, capaz de estabelecer a desejada harmonia, o então senador Domingos Vicente. Por sua vez, Aristides Freire, contestando em carta ao DEMOCRATA a notícia de sua candidatura ás eleições de 1893, escrevera que queira “ser na União o que sempre fui no partido conservador — um exemplo vivo de que se pode ser político sem ser ambicioso”

Recolhido á vida privada, volta ao magistério, e ainda com Antonio Aguirre funda em 1896 o Ateneu Santos Pinto. Aí, porém, Moniz

Freire, então pela segunda vez na presidência do Estado, fê-lo nobremente interromper uma de suas aulas para, surpreendido, receber a honrosa visita de outro antigo adversário político, o ilustre Henrique Alves de Cerqueira Lima. Este, sendo então Diretor da Escola Normal, quizer, ele mesmo, ser o portador do convite do digno Presidente do Estado para que o velho Professor retornasse à sua antiga cadeira de Português, desta feita naquele estabelecimento do governo.

Nomeado, por ultimo, para a Inspeção Geral do Ensino, aposentou-se como assistente do notável educador Deocleciano de Oliveira.

Tendo sido, em 1916, um dos fundadores do nosso colendo Instituto Histórico e Geográfico, Aristides Freire, que faleceu nesta Capital, a 25 de julho de 1922, já não pode participar da Academia Espírito-Santense de Letras, que o inscrevera como um de seus primeiros membros. Em carta que a ilustrada Academia divulgou, escusou-se de participar do movimento, por sua avançada idade.

Esse o digno espírito-santense, cujo nome, atribuído em 1928 ao primitivo grupo escolar da próspera cidade de Colatina, o governo houve por bem manter, como um exemplo à mocidade de nossa terra, quando em 1938 inaugurou o novo grupo escolar da mesma florescente cidade.

Eis, em traços rápidos, a biografia do grande educador a quem muitas gerações de espírito-santenses devem serviços inestimáveis à sua formação moral e intelectual.

Aristides Freire, como vários outros varões que envelheceram dedicando-se à grandeza e felicidade de sua terra, tornou-se, sem dúvida, um modelo, exemplo de professor, de homem publico, de chefe de família patrióta, eis porque a nossa homenagem se reveste de especial sinceridade e espontaneidade á memória desse grande benemérito educador, ao mesmo tempo que pedimos seja ela transmitida ao seu digno filho, dr. Mario Aristides Freire, que tão bem o soube imitar nas suas elevadas virtudes.

Eis porque, sr. Presidente, a Casa naturalmente, se associará com tôda a sua simpatia a êsse gesto de solidariedade e de profunda admiração ao velho professor.

Era o que tinha a dizer”.

MENSAGEM DIRIGIDA PELO INSTITUTO HISTÓRICO DO
ESTADO AO SEU COLEGA DA BAHÍA, POR INTERMÉDIO DO
PRESIDENTE CECILIANO ABEL DE ALMEIDA, POR OCASIÃO
DAS FESTAS DO CENTENÁRIO DE RUI BARBOSA NA
CAPITAL BAHIANA.

Vitória, 31 de outubro de 1949

Exmo. Snr. Presidente

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo vem, na mais alta atitude moral de admiração, civico-intelectual, apresentar as expressões congratulatórias, os protestos da mais forte solidariedade, as manifestações de aplausos os mais entusiásticos, a V. Excia., à benemérita associação que dirige e aos membros da comissão das festas em comemoração centenária de Rui Barbosa, o nome mais elevadamente representativo da mentalidade brasileira.

E, para que a nossa homenagem mais expressiva se tornasse, resolveu esta agremiação fazer-se representar pelo seu próprio presidente o ilustre homem de letras Dr. Ceciliano Abel de Almeida.

É nossa finalidade precípua render o fervoroso culto à memória do pontífice do direito brasileiro, ao político insigne, ao orador impar, ao jornalista magno, ao estadista invulgar, ao parlamentar emérito e ao diplomata que tanto elevou, no estrangeiro, os nossos créditos de civilização.

Mas, esta mensagem, estereotipando o culto que devotamos ao cinzelador de língua, legislador do ensino, codificador das leis civis, apóstolo da abolição, paladino da república e, afinal, símbolo da cultura, leva algo de cordialidade de amor à terra bendita que foi berço de Rui Barbosa e à qual já se chamou a Virgínia Brasileira.

Queremos, também, dignificar o nosso respeito patriótico à circunscrição territorial brasileira que foi a nossa primeira metrópole e hoje é um grande centro da nobreza cívica e de cultura mental.

E, ainda, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo ao dirigir-se a Bahia de Paraguassú, de Castro Alves, de Teixeira de Freitas, de José Thomaz, de Zacarias, de Abrantes, de Cotegipe, de Joana Angélica e acima de todos, da águia de Haia, sente ufania em manifestar a sua solidariedade ao Estado irmão, conosco tão identificado por usos, costumes, tradições e pelos fortes laços sociais e raciais.

O nosso presidente leva as nossas obrações que representam a tócha com que modestamente concorremos para a pira sagrada onde arde o culto à memória aureolada de Rui Barbosa.

A V. Excia., snr. Presidente, apresento-vos os protestos do mais alto apreço e distinta consideração.

Ao Exmo. Snr.

Dr. Octavio Torres

M.D. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico da BAHIA

ENTREVISTA COM ERILDO MARTINS,
REPRESENTANTE OFICIAL DO GOVERNO ESTADUAL NAS
COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DE RUY BARBOSA

**Representa-se o Espírito Santo nas festas centenarias de
Ruy¹**

Oportunas declarações do advogado
Erildo Martins, representante do govêrno capixaba
O papel de Ruy na defesa do vizinho Estado

Encontra-se nesta capital há vários dias, o sr. Erildo Martins, representante do Governo do Estado do Espírito Santo do Conselho Seccional da Ordem e do Instituto dos Advogados, daquele Estado nas solenidades comemorativas do Centenario de Ruy Barbosa. O sr. Erildo Martins que é advogado militante e membro do Conselho Diretor da Ordem, já ocupou, entre outros, os cargos de Consultor Jurídico do Estado, Secretario do Governo e Secretario da Fazenda do Espírito Santo estando hospedado, em companhia de sua esposa d. Carmen Loureiro Martins, no Palace Hotel.

REPRESENTAÇÃO CAPICHABA

Falando á reportagem do “Diário”, o sr. Erildo Martins teve oportunidade de declarar que o Espírito Santo não podia faltar á Bahia no momento em que ela cultua a memoria do maior dos brasileiros e tanto assim que o Governador Carlos Lindemberg por

¹ Manchete de recorte de jornal (Diário de Notícias) de Salvador (BA), do início de Novembro de 1949, alusivo às comemorações do centenário de Rui Barbosa (NOTA DO ORGANIZADOR).

decreto de 26 de outubro, do corrente designou, não só o nosso entrevistado, como ainda o eng. Ceciliano Abel de Almeida para representantes oficiais do Governo do Espírito Santo nas comemorações, numa reafirmação do culto de respeito e admiração da gente capichaba á personalidade inexcédível de Ruy como também, em eloquente demonstração de que é sempre crescente a fraterna amizade que liga os povos do Espírito Santo e da Bahia. O eng. Ceciliano de Almeida, ex-prefeito de Vitória e ex-secretario da Agricultura do Estado representa, ainda o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, do qual é presidente.

O ESPIRITO SANTO HOMENAGEIA RUY

Informou-nos o sr. Erildo Martins que segundo se pode apreciar dos noticiarios da imprensa de Vitoria, desde o inicio da 2ª quinzena de outubro vêm sendo realizadas palestras e conferencias, em quasi todas as associações culturais da Capital e do interior do Estado. Entre as festividades do Centenario destacam-se as sessões solenes a serem realizadas hoje, em Vitoria, pela Seção da Ordem dos Advogados, em sua sede e pela Associação dos Juristas, no Edificio do Forum, quando serão inaugurados os retratos do grande Mestre. A Academia dos Novos a Academia Espirito-santense de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico, o Instituto dos Advogados e outras importantes entidades têm programadas também varias solenidades que se vêm realizando nestes ultimos dias. Nas escolas secundarias e grupos escolares palestras estão sendo realizadas aos alunos como recomendou a Secretaria de Educação e Cultura, evocando-se a figura de Ruy.

IMPORTANTE AUTOGRAFO DE RUY

— “Muito visitada tem sido a Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado — em cujo salão nobre foi inaugurado, em 1945, um busto de Ruy, adquirido mediante subscrição dos juristas — por advogados estudantes de Direito e populares, curiosos de ler ou rere a sua maior preciosidade. Trata-se de um autografo de Ruy em 34 paginas escritas e assinadas pelo nosso maior jornalista que constituem o original do magnífico artigo “Jacobinismo e Terrorismo”, publicado pelo jornal “Correio de Noticias”, desta capital baiana em 28 de março de 1897. Esse original foi republicado recentemente pelos jornais de Vitoria, que há cerca de um mês vêm publicando selecionados artigos da admiravel obra jornalística de Ruy. Os nossos Juristas e jornalistas orgulham-se de possuir na Biblioteca do Tribunal de Justiça tão valioso autografo, que lhe foi ofertado pelo ilustre desembargador Danton Bastos.

E prossegue o nosso entrevistado:

“Tambem enorme é o interesse pela leitura da magnifica “Petição Inicial” com que Ruy Barbosa como advogado do Estado do Espirito Santo propôs perante o Supremo Tribunal, em 1915, a “ação de nulidade de arbitramento” relativo aos limites com Minas Gerais. Os capichabas orgulham-se de ter tido o “patrono dos advogados”, como seu defensor na conhecida questão de limites que tanto preocupa e aborrece os espiritosantenses, que sempre desejaram e desejam ter todos os brasileiros, especialmente os dos Estados vizinhos, como seus irmãos e amigos”.

CONGRESSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL E HOMENAGEM A RUY

O sr. Erildo Martins declarou-nos ainda que pretende acompanhar o Congresso de Direito Constitucional que será mais uma oportunidade para evidenciar-se a influencia da Constituição de 1891, obra de Ruy, na elaboração da gigante Carta Magna. E concluiu dizendo:

— “Os representantes do Governo do Espirito Santo têm comparecido a todas as solenidades e homenagens até agora realizadas e tomarão parte no monumental “cortejo civico” de hoje. Cumprindo determinações expressas do eminente Governador Carlos Lindenberg depositaremos uma coroa de flores no Panteon do “Forum Ruy Barbosa” — como homenagem do Governo e do povo do Espirito Santo áquele que extremeceu a Patria”, soube exaltar a liberdade e o Direito e que “rediviveu na imortalidade”.

RELATÓRIO APRESENTADO PELO PRESIDENTE DO IHGES,
DR. CECILIANO ABEL DE ALMEIDA
A PARTICIPAÇÃO NAS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DE
RUY BARBOSA, EM SALVADOR (BA) EM NOVEMBRO DE 1949

Corre-me obrigação, senhores sócios dêste Instituto, de lhes apresentar o relato, embora resumido, das ocorrências, dos quadros esplêndidos, que desfilaram, que se sucederam diante do modesto, do humilde presidente desta Casa do Espírito Santo, graças à extrema bondade do Excelentíssimo senhor Governador Carlos Fernando Monteiro Lindemberg, também, ilustre e honrado sócio dêste centro de cultura em que se guardam, ciosamente, os costumes, as tradições da terra brasileira, designando-me e ao Dr. Erildo Martins, para representantes do Govêrno do Espírito Santo, nas comemorações do centenário do nascimento do inextinguível brasileiro Ruy Barbosa, que se iam realizar na Cidade do Salvador.

Surgiu o dever de estar eu agora diante de meus distintos consócios e de tão escolhido auditório prestando contas, transmitindo impressões, a mensagem redigida pelo desembargador Carlos Xavier, eminente presidente honorário dêste Instituto, da qual fui o portador, enviada ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, fruto da reunião da diretoria desta Casa em 28 do próximo passado.

Certo, indo a Bahia, terra onde Pero Vaz de Caminha escreve a primeira carta ao Rei de Portugal, carta — espécie de certidão — que fixa o surgimento de um povo para a civilização europeia — visitando a Cidade do Salvador não poderia eu ser indiferente, ao seu passado, ao trabalho hercúleo de colonização daquele País pequenino, cujo povo másculo olhava, cismadoramente, para horizontes senfins do mar tenebroso.

E por isso, meus senhores, examinei minuciosamente o museu sacro da riquíssima Catedral de estilo barroco. Lá se encontram

imagens veneráveis: — aqui a da virgem lacrimosa, no centro Cristo flagelado, ali os apóstolos evangelistas, acolá esculturas de santos milagrosos e, por toda parte a gente extasia, diante da estatuária antiga e, no alto, um painel vasto, admirável, de beleza singular, que encanta, que empolga o observador.

E meus senhores, quando se dá por finda a visita, quando se pretende retirar dominado pela evocação dos tempos idos de fé e de heroísmo, eis que o respeitabilíssimo cicerone, um cônego de voz mansa e paternal, pergunta numa entoação convidativa, quase humilde, apontando um livro, em cima de pequena mesa:

— *Quer ter a bondade de deixar o seu nome? Assente-se nesta cadeira. É a do padre Antônio Vieira. E, aqui, está a imagem da Santíssima Virgem, diante da qual, perseverantemente, êle pediu-lhe o esclarecimento de sua inteligência, graça que obteve, revelando-se, repretinamente, com o célebre e proclamado estálo.*

A romaria às igrejas por mim empreendida terminou na do Senhor do Bom Fim. Duas igrejas, porém, despertaram-me particular atenção: a da Vitória e a da Graça e, isso, porque, Teodoro Sampaio, em sua obra póstuma, “História da Fundação da Cidade do Salvador” fere o assunto de saber qual das duas foi a primeira a ser construída. As opiniões divergem. Sabe-se que a imagem da N.S. da Graça foi recolhida por Diogo Alvares, quando socorreu em Boypeba, a náu castelhana, ali naufragada, e Teodoro Sampaio, respiga “Não havia na vila igreja alguma. O donatário não logrou edificá-la”

Em 1549 afirmára o padre Nobrega que “na povoação, que fôra a séde da Capitania não havia mais do que uma maneira de igreja”. Admite o autor citado que essa maneira de igreja se pode referir ao Oratório da Graça ou a alguma Capela ou casa de oração mais próxima do mar e esclarece, ainda, “da egreja de Nossa Senhora da Vitória, considerada a mais antiga da Bahia, se acaso ainda existia,

nessa época, não há notícia alguma em escritor contemporâneo que o comprove, se bem que a lenda da sua antiguidade rivalize com a da Graça.”

Na igreja da Vitória nenhuma inscrição me despertou à atenção, na da Graça, porém, encontra-se, no eixo principal do edifício e no cruzamento da reta que vai ter à porta da Sacristia, uma lápide com cerca de 55 cm de comprimento e 30 cm de largura em que está esculpida a legenda “Sepultura de D. Catharina Alvares Paraguassú”, e na parêde, do lado direito, a lage primitiva de mármore, que cobria o túmulo, com os seguintes dizeres:

“Sepultura de D. Catharina Alvares Paraguassú. Senhora, que foi desta Capitania da Bahia, a qual ela e seu marido, Diogo Alvares Correia, natural de Vianna derão aos senhores reis de Portugal. Edificou esta Capella de Nossa Senhora da Graça e a deu com as terras anexas ao patriarcha S. Bento em o ano de 1582”.

E, meus senhores, deixando estas impressões colhidas num passado de quatro séculos, é chegado o momento de me referir àquele que representou em nossa estremecida Pátria a cultura clássica, em variados sectores. Sinto não poder fazê-lo cantando, no estilo camoneano, a sua fama e a sua glória, ou como o fariam Vieira ou os imortais poetas e os grandes escritores brasileiros.

E como sou creatura rasteira e humilde diante da aguia altaneira vou socorrer-me dela, servindo-me de seu sentir em momento de imensa comoção por ela experimentada e proclamada.

Ruy Barbosa, o imortal Ruy Barbosa também revela hesitação e depois... depois os vôos de sua inteligência e de sua eloquência privilegiadas dominam e extasiam, encantam e arrebatam.

Assim é que certa vez exclamou: — *“depois disto e diante disto... não sei como principie...”* Meus senhores, depois do que presenciei, e diante do que testemunhei, em Salvador, não sei como principie...

Ruy nasceu em Salvador. A casa de seu ilustrado pai, do Dr. João Barbosa, ainda existe e faz parte do patrimônio do Estado. Nela viu o vitorioso de Haia a luz brasileira, a luz de sua terra estremecida.

Visitámos, eu e Dr. Erildo Martins, aquela vivenda evocadora da meninice de Ruy. Percorremos todas as salas, todos os compartimentos. Examinámos centenas de autógrafos do Grande Homem, a coleção de seus livros, de suas obras numerósíssimas e, lá, estava, também a petição por êle dirigida ao Supremo Tribunal Federal, como advogado do Espírito Santo, na questão de limites com o Estado de Minas Gerais.

Deixou-me essa peregrinação, por aqueles salões veneráveis, recordações de um lar brasileiro respeitável, fortíssima meditação — misto de profunda admiração e de orgulho de nossa gente e de nossa Pátria — capazes de produzir uma cerebração como a do bahiano excelso, como a de Ruy Barbosa, o imortal.

E prosseguindo, meus senhores, com autorização do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, passo a inteirar êste Instituto da exposição apresentada por mim a Sua Excelência, a qual fará parte integrante desta descolorida narração:

Vitória, 17 de novembro de 1949

Senhor Governador:

Tenho a honra de passar as mãos de Vossa Excelência breve exposição das ocorrências havidas, em Salvador, a cinco do andante, por ocasião da chegada dos despojos do inesquecível brasileiro Ruy Barbosa e das homenagens que lhe fôram prestadas.

Aproveito-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência os meus agradecimentos pela elevada distinção, que me conferiu, designando-me para representar seu Govêrno junto ao da Bahia nas comemorações do centenário do nascimento do grande vulto nacional e apresento a Vossa Excelência

Respeitosa Saudações

Ceciliano Abel de Almeida

Ao ilustríssimo Senhor Doutor CARLOS FERNANDO MONTEIRO LINDEMBERG Muito Digno Governador do Estado do Espírito Santo

NESTA

Excelentíssimo Senhor
Governador do Estado do Espírito Santo
Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindemberg

Honrado por Vossa Excelência por decreto de 26 de novembro² próximo passado para representar o Govêrno do Espírito Santo, juntamente com o Dr. Erildo Martins, nas comemorações do centenário do nascimento, em Salvador, do vulto inconfundível de Ruy Barbosa, o paladino da liberdade, para aquela Cidade seguí a 31 do referido mês.

Antecedeu-me, na véspera, o Dr. Erildo Martins.

No mesmo dia da chegada avistei-me com o Dr. Rogério Gordilho de Faria, Secretário da Governadoria, a quem eu e Dr. Erildo Martins fizemos entrega dos ofícios de apresentação que Vossa Excelência endereçou ao Excelentíssimo Senhor Governador da Bahia Octavio Mangabeira credenciando-nos, como representantes do Govêrno do Espírito Santo, nas solenidades do centenário do nascimento do genial brasileiro Ruy Barbosa. Da Secretaria do Governador e, ainda, em companhia do digno e ilustre companheiro de representação, Dr. Erildo Martins, dirigí-me ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que me conferiu, de há muito, o diploma de sócio honorário e para o qual levava uma mensagem do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, assinada pelo Vice-presidente, em exercício no cargo de Presidente, Dr. Eurípedes Queiroz do Valle, e redigida pelo Presidente honorário, desembargador Carlos Xavier Paes Barreto, designado para escrevê-la, em reunião da Diretoria do aludido Instituto, realizada a 28 do mês passado.

Fui recebido com o Dr. Erildo Martins pelo Secretário do Instituto, Dr. Francisco Conceição Menezes, com muita distinção, e

¹ No original está Novembro, mas o correto é Outubro (NOTA DO ORGANIZADOR).

convidado para assistir a uma série de conferências intituladas: — “Ruy, o jornalista”, “Ruy e Deus” e “Ruy e a Liberdade”, organizadas por essa instituição cultural, comparecí a todas, porque assim me pareceu que desincumbia, fielmente, a tarefa para que, bondosamente, me designou Vossa Excelência.

Falou com brilho sôbre o tema “Ruy, o jornalista” o distinto professor de português do “Colégio da Bahia”, Dr. Renato Vaz Sampaio. Expôs, magistralmente, a Tese “Ruy e Deus” a literata e historiadora, exma. Senhora Edith Gama e Abreu. E, finalmente, discorreu, com elevada proficiência sôbre o assunto “Ruy e a Liberdade” o sócio do Instituto, professor Dr. Alberto Silva.

Depois do magnífico discurso do Dr. Alberto Silva, o último da série, e para patentear o apreço do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia o seu presidente convidou-me como representante do Govêrno do Espírito Santo e como presidente do Instituto Histórico e Geográfico da terra espiritosantense para descerrar uma lápide de mármore coberta pelo simbolo da Pátria, em homenagem à memória do ínclito bahiano Ruy Barbosa, embutida num pilar da biblioteca do Instituto.

Nessa ocasião fiz uso da palavra enaltecendo o incomparavel vulto brasileiro de Ruy Barbosa — o grande sol da nacionalidade — cujas irradiações multicôres em suas principais tonalidades haviam sido ressaltadas, momentos antes, pelo ilustrado conferencista.

Reiterei os altos sentimentos expressos por mim na primeira conferência, de estima cordial, de admiração fraterna, ao Govêrno da Bahia, ao povo bahiano, à festejada e reconhecida cultura bahiana e ao seu incomparável filho Ruy Barbosa pelo Govêrno do Espírito Santo, pelo povo espiritosantense, pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e pelas demais instituições culturais capixabas.

Atendendo o convite do Excelentíssimo Senhor Governador Octávio Mangabeira comparecemos eu e o Dr. Erildo Martins, à

inauguração solene do Primeiro Salão Bahiano de Belas Artes no saguão do novo hotel da Bahia.

Ao penetrarmos no amplo recinto ficámos enlevados com a exposição de quadros belíssimos, alguns de alta concepção, e deparámos com um magnífico painel, de maravilhoso efeito e alvo de metucioso exame. Era de Levindo Fanzeres. O Espírito Santo alí estava na pujança de seu talento, de sua cultura artística.

O jornal “A Tarde” de Salvador com vasto noticiário sôbre Ruy estampou: —

Recordamos o apêlo que ontem dirigimos à população da Cidade, afim de que coopere para assegurar a ordem do cortejo cívico de glorificação de Ruy.

Como já escrevemos o esplendor da procissão depende da disciplina da multidão do respeito às determinações de seus organizadores.

Do cais do porto à Praça da Sé, a urna com os despojos do Mestre será transportada pela Marinha. O povo deve aguardar, pois, a chegada àque-la praça, uma vez que o cortejo até lá será exclusivamente, composto de oficiais e marinheiros.

Ao chegar o cortejo à esplanada do Forum, a urna será colocada em frente ao pórtico principal, afim de que, da tribuna, erigida no patamar do edificio monumento, falem os snrs: —

Ministro Laudo de Camargo, presidente do Supremo Tribunal Federal;

Desembargador Salvio Martins, presidente do Tribunal de Apelação do Estado;

Governador Octávio Mangabeira.

O snr. Octávio Mangabeira falará na dupla qualidade do mais alto magistrado do Estado e, em nome da geração a que coube o privilégio de ter como chefe na vida público o Mestre inolvidavel. Não haverá nenhum outro discurso, bem como discursos não serão admitidos no trajeto, afim de não retardar a marcha do cortejo cívico.

A três de novembro o prefeito do Distrito Federal, General Ângelo Mendes de Moraes fez entrega da urna de Ruy ao Almirante Silvio de Noronha, Ministro da Marinha, que ao recebê-la, declarou:

— *Com profunda emoção cívica a Marinha de Guerra Nacional recebe de Vossa Excelência os despojos do brasileiro Ruy Barbosa, para levá-lo a bordo do contra-torpedeiro “Mariz e Barros” à terra do Salvador, na Bahia.*

Entregou-a o Ministro da Marinha ao Almirante Raul de Santiago Dantas que a recebeu a bordo do “Mariz e Barros” sob as contingências das guarnições dos vasos de guerra. Demandou a esquadra, sob o comando do Almirante Dantas, sem demora, a barra do Guanabara para fundear no porto do Salvador às sete horas e meia do dia cinco.

Fôram altamente comoventes as palavras dos últimos períodos do General Mendes Moraes no ato da entrega da urna ao Ministro da Marinha. Ei-las:

Vai Ruy Barbosa! Não sòmente os teus filhos, mas tambem os teus irmãos e todo o Brasil velarão, na eternidade, no último sono a tua memória; e, alí, na tua amada Bahia na “curva azul de sua enseada” e naquelas “doces plagas” o teu espírito há-de pairar, sempre sòbre o Brasil, conduzindo-o, como até hoje Austerlitz inflama aos franceses, pelo caminho do Direito e da Justiça. Com as bandeiras de Haia, de Buenos Aires e do Rio de Janeiro, iremos sempre unidos, ombro a ombro, para a implantação definitiva da Democracia no Brasil, sob a égide da liberdade, conclamando os homens públicos de hoje para os exemplos “dê-se prodigioso espírito” que foi, pela “eminência de suas letras e grandesa de seu civismo, orgulho da Patria, apostolo da lei e ornamento da humanidade latina”.

O Rio de Janeiro, compungido, entrega-te à Bahia! A tua glória permanecerá aquí, e, a imortalidade em todo o Brasil!

A cidade do Salvador amanheceu angalanada.

A Bahia vai receber

... o filho amado, o filho excelso, o maior dos seus filhos”. Vai receber os desposjos de um incomparável varão, de um vultíssimo brasileiro, de um baiano – honra de sua terra e honra do Brasil. Aproxima-se a esquadra da Bahia de Todos os Santos. Breve estará no porto. É, ainda, cêdo. Mas as ruas já estão repletas. De todos os recantos da Cidade se eleva um palpitar cívico, um entusiasmo patriótico. E, agora, já começam as vibrações populares mais intensas, é que o “Mariz e Barros” está atracado. Chegou a urna sagrada ao “verde ninho murmuroso de eterna poesia, debruçado entre as ondas e os astros.

E na frase do Diário de Notícias:

retorna o grande filho que dela jamais se afastou pelo espírito, pela veneração com que seu nome sempre foi exaltado.

O povo bahiano freme de exaltação nativista, estremece de alegria, agita-se com júbilo, com sumo ardor patriótico para elevar, para cultuar, para glorificar Ruy Barbosa. Sabe que o Brasil inteiro se zumbre, se curva para reverenciar Ruy a “Glória autêntica da Pátria”. E êle, dentro em pouco, o saudará, o aplaudirá, o aclamará, e tudo isso o fará, e fez, delirantemente, conforme a previsão sagaz do Governador Octávio Mangabeira quando afirmára, ao encerrar o Congresso Nacional das vocações sacerdotais, que o povo Bahiano receberá Ruy Barbosa “não todavia na expressão da morte, por entre marchas fúnebres, mas redivivo na imortalidade por entre salvas de palmas, por entre aclamações de regosijo, por entre cantos de triunfo e de glória”. E assim foi.

Como estava programado o Almirante Raul de Santiago Dantas entregou ao Governador Octávio Mangabeira a urna contendo os despojos do eminentíssimo Mestre Ruy Barbosa agora “entre o seu povo, maior na sua glória imortal, mais bahiano, mais brasileiro” e definitivamente na sua terra natal.

E o préstito movimenta-se. A marcha vagarosa é soleníssima. E o articulista do “Diário de Notícias” registra:

A Bahia acolhe Ruy num momento em que assume uma posição que êle sempre desejou: – os bahianos unidos pela maior grandesa de sua terra. Vão os altos dignatários da República, os parlamentares, advogados, professores, estudantes, jornalistas, vão centenas e centenas de visitantes ilustres que estão aquí para comemorar conosco a data centenária de Ruy, verificar que estamos acima das melancólicas lutas políticas, das paixões partidárias, numa tarefa de elevado espírito público, trabalhando para maior progresso da Bahia.

O cortejo é imponente. Nêle estão todas as classes: o alto clero como as mais ricas ou modestas irmandades; o sábio professor como os estudantes esforçados, esperançados ou sonhadores; o mestre de suma técnica profissional como os operários, artesãos ou simples trabalhadores; o chefe burocrático de categoria elevada como os funcionários humildes; o capitalista como os pobres; o fazendeiro como os jornaleiros rurais; o banqueiro como os bancários; o proprietário de fábricas como os artífices, os motorneiros, os catraeiros, os homens de variadas profissões. É uma procissão grandiosa. Nela encontra-se o soldado como o marinheiro, o austero chefe de família como a matrona respeitabilíssima; a criança, a moça, o rapaz, o velho trôpego e a mulher encarquilhada. Há no movimento moderado dessa grande massa humana um arfar de co-

rações amorosos, há um delírio de respeito e de veneração. E se Ruy fôsse vivo, decerto, mais uma vez, bramindo de comoção, diria: “Isto excede a tudo! É a Bahia”.

E a multidão desloca-se da Praça da Sé. Deixa o palácio Arquiepiscopal, o Paço Municipal, o palácio Rio Branco, a igreja da Sta. Casa da Misericórdia, a Praça Castro Alves, o edifício de “A Tardê”, o da Secretaria da Agricultura, a Ladeira de S. Bento, o Instituto Geográfico e Histórico avenida Joana Angélica e ruma a Praça de D. Pedro II, antigo campo da Pólvora e, primitivamente, dos Mártires.

E em todo o trajeto o Governador Octávio Mangabeira, o Vice Presidente da República, Dr. Nereu Ramos, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dr. Lando Camargo, e Presidente do Tribunal de Apelação, desembargador, Dr. Sálvio Martins, o General Canrobert Pereira da Costa, Ministro da Guerra e representante do Presidente da República, os Ministros Adroaldo Mesquita, Clemente Mariani, o Prefeito do Distrito Federal, os Secretários do Governo da Bahia, o Prefeito, Presidente da Câmara e Vereadores de Salvador, os Drs. Melo Vianna, Prado Kelly, Luiz Gallioti, Edgar Costa, representantes dos estados, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, Generais e muitas outras personalidades e altas autoridades, além do snr. Arcebispo Primaz, acompanhado pelo eminente Clero Bahiano, chefes de serviço federais, estaduais e municipais, Consules, Diretores de Colégios e Jornalistas caminharam com respeitosa concentração espiritual prestando essa homenagem de glorificação ao inolvidavel brasileiro Ruy Barbosa.

Depois de pronunciados os magníficos discursos do Ministro Lando de Camargo, do Desembargador Salvio Martins e do Governador Octávio Mangabeira é a urna recolhida ao magestosos edifício do Forum e junto a ela ficou depositada uma corôa oferecida pelo Estado do Espírito Santo com o letreiro “Ao grande Ruy homenagem do Govêrno e do povo do Espírito Santo”.

Com o Dr. Erildo Martins presenciei, testemunhei a Consagração, a glorificação de Ruy Barbosa, Apóstolo da Liberdade, como o chamou, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, quando agradeci, os aplausos, as palmas, com que fôram alí recebidos os representantes do Governador do Estado do Espírito Santo, Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindemberg. Disse, então, que a Bahia estava ligada ao Espírito Santo por um laço indissolúvel — o laço da Liberdade — por ser Ruy Barbosa — o Apóstolo da Liberdade — e Domingos José Martins — o Martir da Liberdade — arcabuzado no Campo da Pólvora. E, no Forum, no Campo da Pólvora, registro, agora, está Ruy Barbosa, aquele homem de virtudes cívicas incomparáveis, de talento invejável, de inteligência esclarecida, que elevou o Brasil, no Interior e no Exterior, de cultura excepcional, de conhecimentos profundíssimos. Enfim, aquele que foi, no Brasil, o campeão máximo da Liberdade — o Mestre do Mestres da Democracia — que “estremeceu a Pátria, viveu no trabalho e não perdeu o ideal.”

Esta revista foi composta com a fonte Minion Pro corpo 11/16 no texto e 13/16 nos títulos. As legendas foram compostas na fonte ScalaSans corpo 9/11. A impressão do miolo foi feita sobre papel Offset 90g/m², e a impressão da capa sobre papel Cartão Triplex 250g/m².

Impresso na Gráfica JEP, Vitória-ES, em Junho de 2011.
Tiragem: 200 exemplares.